

Decreto n. 59.355 de 4 de outubro de 1966

O PRESIDENTE DA REPUBLICA,
usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal,
ral,

Considerando que a produção e a distribuição do livro Técnico e do Livro Didático interessam, sobretudo, aos poderes públicos, pela importância de sua influência na política de educação e de desenvolvimento econômico e social do País;

Considerando que, na defesa desse interesse, deve o Estado manter-se numa atitude ao mesmo tempo atuante e vigilante, cabendo-lhe participar diretamente, quando necessário, da produção e distribuição de livros dessa natureza;

Considerando, entretanto, que fosse, como em vários outros setores da produção intelectual, seria contraproducente a intervenção do Estado que asfixiasse a iniciativa privada, cumprindo antes aos poderes públicos orientar e incentivar a livre concorrência, visando a intensificar a produção e a melhorar a qualidade do livro técnico e do livro didático, diminuir-lhe os preços de custo e de venda, assim como assegurar-lhes pronta distribuição;

Considerando que, no desempenho dessa tarefa, não pode o Estado deixar de atender para determinadas prioridades, amparando, de um lado, as obras de autores nacionais e de outro, as publicações técnicas e científicas;

Considerando a necessidade de ser mantido, dentro da administração pública federal, um órgão que se encarregue do planejamento e execução de programas destinados à expansão, ao aprimoramento e à difusão do livro técnico e do livro didático;

Considerando que o Decreto n. 58 653, de 16 de junho de 1966, criando o Conselho do Livro Técnico e Didático, não atendeu integralmente às finalidades acima expostas;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos.

Art. 2º - Para o atendimento dessa finalidade, cabe à COLTED :

I - Definir, quanto ao Livro Técnico e ao Livro Didático, as diretrizes para a formulação de programa editorial e planos de ação do Ministério da Educação e Cultura;

II - Elaborar seu plano anual de trabalho e o de aplicação de recursos;

III - Autorizar a celebração de contratos, convênios e ajustes com entidades públicas e particulares e com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros;

IV - Autorizar a concessão de auxílios e a prestação de assistência técnica, aprovando os relatórios sobre sua aplicação ou desenvolvimento;

V - Promover estudos e prestar a assistência que lhe fôr solicitada, tendo em vista as finalidades previstas neste decreto;

VI - Colaborar com outros órgãos públicos ou particulares, de objetivos idênticos, equivalentes ou correlatos, em particular com o Grupo Executivo da Indústria do Livro - GEIL;

VII - Examinar e aprovar projetos específicos do trabalho que lhe sejam submetidos;

VIII - Elaborar sua proposta orçamentária anual;

IX - Autorizar a efetivação de despesas até o limite de meio por cento dos recursos da COLTED para custeio de sua operação;

X - Traçar normas para melhor execução deste Decreto, inclusive elaborar seu regimento;

XI - Requisitar os servidores civis necessários ao seu funcionamento.

Art. 3º - A COLTED deliberará através de um colegiado constituído de nove membros natos a saber:

- O Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação;
- Os Diretores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Instituto Nacional do Livro;
- Os Diretores das Diretorias de Ensino do Ministério da Educação e Cultura;;
- O Superintendente do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura;
- O Presidente do Sindicato Nacional dos Editôres.

§ 1º - Os membros do colegiado indicarão ao Ministro um substituto para suas ausências ou impedimentos eventuais.

§ 2º - Poderá participar das reuniões, como assessor, o Diretor Executivo da Campanha Nacional de Material de Ensino.

§ 3º - A COLTED será presidida por um de seus membros, designado pelo Ministro.

Art. 4º - Das deliberações da COLTED cabe recurso para o Ministro da Educação e Cultura, de cuja homologação dependerá sempre as deliberações re

lativas à matéria prevista no art. 2º, itens I e II.

Art. 5º - A COLTED, para execução de suas tarefas, disporá de uma secretaria, e, se fôr necessário, de assessôres.

Art. 6º - A coordenação das atividades programadas pela COLTED, assim como a execução de suas deliberações, ficarão a cargo de um Diretor Executivo, que superintenderá também os trabalhos de Secretaria.

Parágrafo único - O Diretor Executivo será designado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 7º - O Diretor Executivo proporá à COLTED as medidas que julgar indispensáveis ao seu funcionamento, inclusive a requisição de servidores públicos civís, na forma da legislação vigente.

Art. 8º - Para a consecução de seus objetivos, a COLTED aplicará os seguintes recursos:

I - Os que lhe forem consignados no Orçamento da União;

II - Os suprimentos advindos dos demais poderes públicos ou de instituições nacionais;

III - Os que lhe forem transferidos, a qualquer título por particulares ou por entidades ou agências nacionais, estrangeiras ou internacionais.

Art. 9º - Os recursos da COLTED serão Depositados no Banco Central da República, que os contabilizará e sôbre eles exercerá função de auditoria.

Parágrafo único - O Banco Central da República fará abrir no Banco do Brasil conta em nome da COLTED para ser por esta movimentada.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto n. 58 653 de 16 de junho de 1966 e demais disposições em contrário.

Brasília, 4 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

aa) H. Castelo Branco
R. Moniz de Aragão

Of. 828

29 de julho de 1966

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Exmº Senhor Ministro da Educação e Cultura

Senhor Ministro:

Pelo Decreto nº 58 653, de 16 de junho último, instituiu-se no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático - COLTED - com a "atribuição de gerir e aplicar recursos destinados a financiamento e realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso" (Art. 1º).

Prevê-se que o COLTED se constituirá de um Colegiado e de uma direção executiva. Aquêle, presidido pelo Ministro de Estado, e, esta, exercida por pessoa indicada pelo Ministro e investida pelo Conselho. Compõem o Colegiado o Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, os Diretores das Diretorias de Ensino e ainda os Diretores do INEP e do Instituto Nacional do Livro, dêle fazendo parte, também, o Presidente do Sindicato Nacional dos Editôres (Art. 4º), membros êstes, que, em seus impedimentos, poderão fazer-se representar (§ 1º)

Ao Colegiado, nos termos do Decreto, compete (art.5º):

"I - aprovar a programação geral do COLTED, com as respectivas previsões financeiras, e acompanhar sua execução;

II - assentar os critérios gerais que devam ser adotados na escolha e oportunidade das publicações;

A Sua Excelência

Professor Raymundo Moniz de Aragão

Digníssimo Ministro da Educação e Cultura

III - estatuir regras genéricas que facilitem a execução deste decreto;

IV - autorizar a efetivação de despesas até o limite de meio por cento dos recursos do COLTED para custeio de sua operação".

Ao Secretário Executivo caberá (art. 6º):

"I - gerir, administrar e representar o organismo;

II - movimentar conta especial que o COLTED deverá manter no Banco do Brasil, com recursos depositados pelo Banco Central da República (art. 3º);

III - ordenar pagamentos e assumir obrigações, dentro dos quantitativos globais e dos planos de conjunto traçados pelo colegiado do Conselho;

IV - celebrar convênios e ajustes com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros;

V - firmar acordos de assistência técnica com organizações nacionais e internacionais;

VI - Organizar a Secretaria Executiva com servidores públicos postos à sua disposição, bem como com especialistas contratados de acordo com a legislação trabalhista (§ 1º e 2º)".

O COLTED terá receitas provenientes de "créditos cedidos pela União, recursos de doações e empréstimos da Aliança para o Progresso e de outras agências internacionais, e suprimentos advindos dos demais poderes públicos ou de instituições internacionais.

Tendo o INEP iniciado, em 1953, com as Campanhas do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME) e de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), a publicação de manuais especializados para professores e de livros-fonte, nas diversas matérias de nível médio e devendo integrar agora, pelo seu Diretor, o novo órgão instituído para expansão do livro escolar e do livro técnico, tem uma experiência a considerar e a respeito da qual não se pode calar no momento em que se retoma essa importante matéria para cogitação do Governo e especialmente com recursos de procedência estrangeira, tudo fazendo crer que serão de vulto os elementos positivos e as condições negativas dessa experiência é que nos inspiram nas considerações que passaremos

a fazer à margem do decreto em causa, cuja redação consagra uma linha diretriz que se nos afigura não ser a mais feliz e aconselhável na produção do livro técnico e didático, motivo por que, data vênua, tomamos a liberdade de ponderar:

1. Pela experiência do INEP com as Campanhas do Livro Didático e de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar a que nos referimos, transformadas em atividades dos Centros de Pesquisas, bem podemos avaliar as dificuldades que têm diante de si os organismos oficiais na produção do livro. A série de publicações planejada em 1952/53 não atingiu um número sequer razoável de manuais. A maioria das obras encomendadas a especialistas não chegou a ser editada. Prorrogações de prazos, de sistências e protelações reduziram a série planejada a um pequeno número de edições.

1.2 Essa experiência fez com que o próprio INEP mudasse de orientação, preferindo estimular edições privadas de livros de textos e manuais para o professor, tendo em vista que as relações comerciais entre autor e editor são muito mais positivas e produtivas que os compromissos intelectuais entre órgão governamental e autor.

1.3 Pelo decreto, o Colegiado deverá decidir não só no plano puramente pedagógico como no da edição e produção. A adaptação de textos aos programas adotados, os direitos autorais, o planejamento gráfico das obras, são alguns dos aspectos do problema a serem por êle estudados e orientados. Estudos e pesquisas deverão ser feitos de modo a sondar o mercado do livro, avaliar o custo da produção e estimular as redes de distribuição. Por tôda essa respeitável soma de obrigações bem se pode avaliar o vulto e a complexidade dos encargos que se pretende atribuir a êsse órgão.

2. O Decreto não explicitou como seria conveniente a política editorial a ser adotada. Nos termos em que ficou colocada, poderá descambar para uma estatização do livro técnico e didático, ao arrepio da política de inspiração democrática, em que se acha empenhado o Governo, de estimular, não restringir a liberdade de ação da iniciativa privada. Em consequência, muitos capitais que poderiam ser investidos na produção do livro, retrair-se-iam. O Estado passaria a concorrente da indústria do livro,

que a êle compete estimular e tonificar. A experiência brasileira está cheia de malogros quando se invadem setores de produção / tradicionalmente ocupados pela empresa privada.

2.1 Sem dúvida o Governo deverá estar presente na produção e distribuição do livro, com um órgão regulador do mercado e altamente vigilante da política editorial. A livre concorrência deve ser, entretanto, estimulada e é óbvio que beneficiará a qualidade, contribuindo para a diminuição do custo e dos preços de venda.

2.2 Deveria estar também expressa no Decreto a defesa do autor nacional, a cuja produção deverá ser dada preferência, recorrendo-se a traduções e adaptações, nas matérias em que ainda seja escassa a nossa bibliografia. São critérios que deveriam desde logo constar do Decreto institucional. A prioridade das publicações técnicas e científicas, que nossas carências tornam mais urgentes, deveria outrossim estar igualmente prevista. O assunto é por demais conhecido; mas deverá sempre ser lembrado quando se procura atingir um conjunto de normas para disciplinar uma boa política editorial.

3. Permita-nos V.Ex^a lembrar, de passagem, a orientação prática e econômica que vem sendo seguida pela Comissão Editorial instituída na Universidade de São Paulo com os mais animadores resultados. Ali, essa Comissão decidiu adotar, com o objetivo de aproveitar da melhor forma possível os recursos disponíveis, duas normas principais: 1) editar, por conta exclusiva da Universidade, obras de real valor e ainda não comprometidas para edição por uma Editôra particular; 2) colaborar na edição de outras obras, de igual valor, já aceitas por Editôras particulares, mediante o compromisso de aquisição de um certo número de exemplares. Pareceu à Comissão Editorial ser êste um bom caminho a seguir: As Editôras particulares podem, desta forma, ter a segurança de que a edição das obras com a cooperação da Editôra da Universidade de São Paulo não será um fracasso econômico; a Editôra da Universidade, vendendo exemplares dos livros adquiridos, pode reaver, ao menos parcialmente, os recursos empregados, o que permitirá ampliar suas atividades; estudantes e professores podem adquirir da Editôra da Universidade os livros que ela edita por conta própria e em colaboração com as firmas particulares, com 30% (trinta por cento)

de desconto sobre o preço de venda ao público; o público em geral é beneficiado, porque o auxílio da Editora da Universidade / permite às firmas particulares baixarem o preço do livro lançado no mercado; finalmente, parte dos livros é doada a bibliotecas de instituições públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, com o que se obterá, para a Universidade, muito material bibliográfico de valor que essas instituições remeterão gratuitamente, em permuta.

3.1 A Comissão Editorial possui um regimento, disciplinando suas atividades, de modo a beneficiar estudantes e professores em especial e o público em geral, facilitando as edições, incentivando o mercado, orientando os editores e reduzindo o custo e o preço de venda do livro, sem a criação de órgãos complexos e onerosos para os cofres públicos, como parece que virão a ser os previstos no Decreto nº 58 653.

4. Ademais, convém assinalar, ainda com maior atenção, a estranha forma por que se definiu no Decreto a delegação de poder, atribuindo-o integral - a um Secretário Executivo (art. 6º) e concedendo-se, em termos vagos e genéricos, ao Colegiado - presidido pelo Ministro - a competência para aprovar programação, assentar critérios gerais, estatuir regras genéricas que facilitem a execução do diploma e autorizar a efetivação de despesas / até o limite de meio por cento dos recursos do COLTED para custeio de sua operação (art. 5º).

4.1 Não nos parece cabível de modo algum, em matéria de tal relevância, que se possa centralizar num administrador a soma de atribuições de que trata o artº 6º: gerir, administrar e representar o organismo; movimentar conta, ordenar pagamentos e assumir obrigações; celebrar convênios e ajustes com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros; firmar acordos de assistência técnica com organizações nacionais e internacionais. Todo esse elenco de funções para ser desempenhado por um funcionário que deverá ser investido nas funções de Diretor Executivo, tendo um colegiado constituído de Diretores do Ministério - presidido pelo Ministro, insista-se - apenas para dar-lhe cobertura às decisões.

No que se refere à celebração de convênios ou acordos, não temos dúvida em afirmar que se trata de matéria de competência ministerial, não cabendo sua atribuição a um servidor da categoria prevista.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

4.2 Em face do disposto no art. 2º é provável que o COLTED possa ter à sua disposição recursos financeiros vultosos, nacionais e estrangeiros, afigurando-se nos temerário investi-los no financiamento de programas que, segundo o ponto de vista em que nos colocamos, não consultam os interesses da administração pública, nem os do País.

4.3 Não nos parece devamos insistir na análise das falhas e na indicação dos riscos que, a nosso ver, poderão decorrer da execução do Decreto, mas não podíamos calar a impressão / que em nosso espírito resultou de sua leitura desde que, como Diretor do INEP, está-me reservado um lugar no Colegiado.

Se nos conceder vênias V.Exª, nossa proposta é no sentido de que, pelo menos, com as cautelas da prudência, seja revista a matéria. S.M.J.

Reitero a V.Exª as expressões de meu subido respeito.

Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ART. 87, ITEM I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,

CONSIDERANDO QUE A PRODUÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO INTERESSAM SOBREMODO AOS PODERES PÚBLICOS, PELA IMPORTÂNCIA DE SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PAÍS;

CONSIDERANDO QUE, NA DEFESA DESSE INTERESSE, DEVE O ESTADO MANTER-SE NUMA ATITUDE AO MESMO TEMPO ATUANTE E VIGILANTE, CABENDO-LHE PARTICIPAR DIRETAMENTE, QUANDO NECESSÁRIO, DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DESSA NATUREZA;

CONSIDERANDO, ENTRETANTO, QUE NESSE COMO EM VÁRIOS OUTROS SETORES DA PRODUÇÃO INTELECTUAL, SERIA CONTRAPRODUCENTE A INTERVENÇÃO DO ESTADO QUE ASFIXIASSE A INICIATIVA PRIVADA, CUMPRINDO ANTES AOS PODERES PÚBLICOS ORIENTAR E INCENTIVAR A LIVRE CONCORRÊNCIA, VISANDO A INTENSIFICAR A PRODUÇÃO E A MELHORAR A QUALIDADE DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO, DIMINUIR-LHES OS PREÇOS DE CUSTO E DE VENDA, ASSIM COMO ASSEGURAR-LHES PRONTA DISTRIBUIÇÃO;

CONSIDERANDO QUE, NO DESEMPENHO DESSA TAREFA, NÃO PODE O ESTADO DEIXAR DE ATENTAR PARA DETERMINADAS PRIORIDADES, AMPARANDO, DE UM LADO, AS OBRAS DE AUTORES NACIONAIS E, DE OUTRO, AS PUBLICAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS;

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE SER MANTIDO, DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, UM ÓRGÃO QUE SE ENCARREGUE DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DESTINADOS À EXPANSÃO, AO APRIMORAMENTO E À DIFUSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO;

CONSIDERANDO QUE O DECRETO Nº 58.653, DE 16-6-66, CRIANDO O CONSELHO DO LIVRO TÉCNICO E DIDÁTICO, NÃO ATENDEU INTEGRALMENTE ÀS FINALIDADES ACIMA EXPOSTAS;

DECRETA:

ART. 1º - FICA INSTITUÍDA, DIRETAMENTE SUBORDINADA AO MINISTRO DE ESTADO, A COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO (COLTED), COM A FINALIDADE DE INCENTIVAR, ORIENTAR, COORDENAR E EXECUTAR AS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

TURA RELACIONADAS COM A PRODUÇÃO, A EDIÇÃO, O APRIMORAMENTO E A DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E DE LIVROS DIDÁTICOS.

ART. 2º - PARA O ATENDIMENTO DESSA FINALIDADE, CABE À COLTED:

I - DEFINIR QUANTO AO LIVRO TÉCNICO E AO LIVRO DIDÁTICO, AS DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA EDITORIAL E PLANOS DE AÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA;

II - ELABORAR SEU PLANO ANUAL DE TRABALHO E O DE APLICAÇÃO DE RECURSOS;

III - AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E AJUSTES COM ENTIDADES PÚBLICAS E PARTICULARES E COM AUTORES, TRADUTORES, EDITORES, GRÁFICOS, DISTRIBUIDORES E LIVREIROS;

IV - AUTORIZAR A CONCESSÃO DE AUXÍLIOS E A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, APROVANDO OS RELATÓRIOS SOBRE SUA APLICAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO;

V - PROMOVER ESTUDOS E PRESTAR A ASSISTÊNCIA QUE LHE FOR SOLICITADA, TENDO EM VISTA AS FINALIDADES PREVISTAS NESTE DECRETO;

VI - COLABORAR COM OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS OU PARTICULARES, DE OBJETIVOS IDÊNTICOS, EQUIVALENTES OU CORRELATOS, EM PARTICULAR COM O GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA DO LIVRO - GEIL;

VII - EXAMINAR E APROVAR PROJETOS ESPECÍFICOS DE TRABALHO QUE LHE SEJAM SUBMETIDOS;

VIII - ELABORAR SUA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL;

IX - TRAÇAR NORMAS PARA MELHOR EXECUÇÃO DÊSTE DECRETO, INCLUSIVE ELABORAR SEU REGIMENTO;

X - REQUISITAR OS SERVIDORES CIVIS NECESSÁRIOS AO SEU FUNCIONAMENTO.

ART. 3º - A COLTED DELIBERARÁ ATRAVÉS DE UM COLEGIADO CONSTITUÍDO DE DOZE MÊMBROS, DOS QUAIS TRÊS NOMEADOS PELO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

§ 1º - SÃO MÊMBROS NATOS DA COLTED:

- O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO;

- OS DIRETORES DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS E DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO;

- OS DIRETORES DAS DIRETORIAS DE ENSINO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA;

- O PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO;
- O SUPERINTENDENTE DO ENSINO AGRÍCOLA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA;
- O PRESIDENTE DO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES.

§ 2º - OS MEMBROS NATOS INDICARÃO AO MINISTRO UM SUBSTITUTO PARA SUAS AUSÊNCIAS OU IMPEDIMENTOS EVENTUAIS.

§ 3º - PODERÁ PARTICIPAR DAS REUNIÕES, COMO ASSESSOR, O DIRETOR EXECUTIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE MATERIAL DE ENSINO.

§ 4º - A COLTED SERÁ PRESIDIDA POR UM DE SEUS MEMBROS, DESIGNADO PELO MINISTRO.

ART. 4º - O PLANO ANUAL DE TRABALHO E O DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DEPENDEM DE HOMOLOGAÇÃO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, A QUEM PODERÃO SER LEVADAS, EM GRAU DE RECURSO, AS DELIBERAÇÕES DA COLTED.

ART. 5º - A COLTED, PARA EXECUÇÃO DE SUAS TAREFAS, DISPORÁ DE UMA SECRETARIA, E, SE FÔR NECESSÁRIO, DE ASSESSORES.

ART. 6º - A COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES PROGRAMADAS PELO COLTED, ASSIM COMO A EXECUÇÃO DE SUAS DELIBERAÇÕES, FICARÃO A CARGO DE UM DIRETOR EXECUTIVO, QUE SUPERINTENDERÁ TAMBÉM OS TRABALHOS DE SECRETARIA.

PARÁGRAFO ÚNICO - O DIRETOR EXECUTIVO SERÁ DESIGNADO PELO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

ART. 7º - O DIRETOR EXECUTIVO PROPORÁ À COLTED AS MEDIDAS QUE JULGAR INDISPENSÁVEIS AO SEU FUNCIONAMENTO, INCLUSIVE A REQUISIÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

ART. 8º - PARA A CONSECUÇÃO DE SEUS OBJETIVOS, A COLTED APLICARÁ OS SEGUINTE RECURSOS :

- I - OS QUE LHE FOREM CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO DA UNIÃO;
- II - OS SUPRIMENTOS ADVINDOS DOS DEMAIS PODERES PÚBLICOS OU DE INSTITUIÇÕES NACIONAIS;
- III - OS QUE LHE FOREM TRANSFERIDOS, A QUALQUER TÍTULO, POR PARTICULARES OU POR ENTIDADES OU AGÊNCIAS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS OU INTERNACIONAIS.

ART. 9º - OS RECURSOS DA COLTED SERÃO DEPOSITADOS NO

BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA, .. QUE OS CONTABILIZARÁ E SÔBRE ÊLES EXERCERÁ A FUNÇÃO DE AUDITORIA.

... .. PARÁGRAFO ÚNICO - O BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA FARÁ ABRIR NO BANCO DO BRASIL CONTA EM NOME DA COLTED PARA SER POR ESTA MOVIMENTADA.

.. .. ART. 10 - ÊSTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

.. .. ART. 11 - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

LIVRO ESCOLAR E LIVRO TÉCNICO

Minuta do Decreto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87 ítem I da Constituição Federal,

Considerando que a produção e a distribuição do livro escolar e do livro técnico interessam sobretudo aos poderes públicos, pela importância de sua influência na formação das novas gerações e no desenvolvimento da pesquisa;

Considerando que, na defesa dêsse interesse, deve o Estado, em matéria de política editorial, manter-se numa atitude não apenas vigilante como também atuante, cabendo-lhe participar diretamente, quando necessário, da produção e distribuição de tais livros;

Considerando, entretanto, que - nesse como em vários outros setores - seria errôneo e contraproducente que o Estado asfixiasse a iniciativa particular, cumprindo-lhe antes estimular e orientar essa iniciativa no sentido de livre-concorrência, visando a intensificar e melhorar a produção dos referidos livros, diminuir-lhes os preços de custo e de venda, assim como assegurar-lhes pronta distribuição;

Considerando que, no desempenho dessa tarefa direta ou indireta, não pode o Estado deixar de considerar certas e determinadas prioridades, como sejam o amparo aos autores nacionais e a preeminência das publicações técnicas e científicas;

Considerando a necessidade de se criar, dentro da administração pública federal, um órgão que se encarregue do planejamento e execução de programas destinados à expansão e aprimoramento do livro escolar e do livro técnico;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído no MEC o Conselho Editorial do Livro Escolar e do Livro Técnico com a finalidade básica de orientar e executar as atividades relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros escolares e livros técnicos, cabendo-lhe, para isso

- I - realizar levantamentos, estudos e pesquisas;
- II - formular planos de ação governamental;
- III - executar planos aprovados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 2º - O Conselho Editorial do Livro Escolar e do Livro Técnico diretamente subordinado ao Ministro da Educação e Cultura, e por êle presidido, é o órgão superior de orientação e deliberação em matéria de alçada federal no tocante à produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros escolares e livros técnicos.

Parágrafo único: Compete do C.E.

I - Definir as linhas diretrizes da política do Governo Federal no tocante a produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros escolares e livros técnicos;

II - elaborar o plano anual de trabalho e o plano de aplicação de recursos a serem submetidos à aprovação do Ministro da Educação e Cultura;

III - aprovar a realização de contratos, convênios e acordos, a serem assinados com entidades nacionais ou estrangeiras e examinar os relatórios referentes à execução dos mesmos;

IV - aprovar a concessão de auxílios para produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros escolares e livros técnicos, bem assim os relatórios de aplicação correspondentes;

V - Prestar a assistência que lhe for solicitada tendo em vista a consecução das finalidades previstas neste decreto;

VI - colaborar com os órgãos estaduais criados com idênticos objetivos, proporcionando-lhe tóda assistência técnica e financeira de que necessitarem, dentro de um plano anual de trabalho;

VII - examinar e aprovar projetos de trabalho específicos que lhe sejam submetidos;

VIII - elaborar a proposta orçamentária anual do CE;

IX - aprovar a realização de despesas não previstas no orçamento;

Art. 3º - O Conselho Editorial do Livro Escolar e do Livro Técnico compõe-se de doze membros nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Educação e Cultura, e com mandato de três anos.

§ 1º - São membros natos do Conselho Editorial:

- o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação;

- os Diretores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Instituto Nacional do Livro;

- os Diretores das Diretorias de Ensino do Ministério da Educação e Cultura;

- o Presidente do Sindicato Nacional dos Editôres;

- o Diretor do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura;

- o Diretor Executivo da Campanha Nacional de Material de Ensino.

§ 2º - Os integrantes natos do Conselho Editorial poderão designar, com todos os poderes, seus representantes autorizados à sessões do Conselho Editorial, mediante expressa comunicação ao Presidente.

Art. 4º - As deliberações do CE serão tomadas, por maioria simples, em reunião a que deverão estar presentes, pelo menos, dois terços de seus membros e realizada com a periodicidade fixada em regimento.

Art. 5º - O CE, para execução das tarefas a seu cargo, disporá de uma secretaria e será assessorado por Consultores.

Art. 6º - A coordenação e execução das deliberações e das atividades programadas pelo Conselho Editorial ficarão a cargo de um Diretor Executivo que superintenderá também os trabalhos da Secretaria.

Parágrafo único - O diretor executivo será designado pelo Ministro da Educação e Cultura, por indicação do CE.

Art. 7º - O Diretor Executivo proporá ao CE todas as medidas julgadas indispensáveis ao seu funcionamento, inclusive a requisição de servidores públicos civis, na forma da legislação vigente.

Art. 8º - Para a consecução dos seus objetivos o Conselho Editorial aplicará os recursos que lhe forem destinados:

- I) no orçamento da União;
- II) por doação ou empréstimo de agências ou entidades internacionais ou estrangeiras;
- III) de suprimentos advindos dos demais poderes públicos ou de instituições nacionais.

Art. 9º - Os recursos do Conselho Editorial serão depositados no Banco Central da República, que os contabilizará e sobre eles exercerá a necessária função de auditoria.

Parágrafo único - O Banco Central da República fará abrir no Banco do Brasil conta em nome do Conselho Editorial, para ser por este movimentada.

Art. 10 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revoga-se as disposições em contrário.

SEMANA DE ESTUDOS COLTED
Rio, 2 a 6 de maio, 1967

RECOMENDAÇÕES FINAIS

Atendendo à finalidade expressa no art. 1º do Regimento Interno da 1ª Semana de Estudos COLTED, tendo em vista os debates e Resoluções tomadas nas respectivas Comissões e no Plenário, e consideradas as deficiências de livros, tanto em sua distribuição geográfica como em áreas de conhecimento, a necessidade de se elevarem os padrões qualitativos do livro técnico e didático, e a insuficiência da produção nacional de livros, cujas necessidades crescem geometricamente, a Semana de Estudos COLTED faz as seguintes RECOMENDAÇÕES DE CARÁTER GERAL

- que a aquisição, para distribuição imediata, de títulos já publicados, bem como dos em processo de publicação leve em conta a exatidão do texto, a adequação do estudante e a integração a contexto cultural brasileiro;
- que o planejamento de novos títulos e a revisão de títulos já editados atendam aos critérios aprovados nas Recomendações específicas das diversas Comissões de Trabalho;
- que se dê especial atenção, nos programas da COLTED ao incentivo aos títulos novos e a bibliotecas para instituições destinadas a formação do magistério nos vários níveis;
- sejam feitos estudos básicos necessários ao aprimoramento do Plano de Aplicação da COLTED, entre outros:
 - a determinação dos títulos novos para setores carentes, qualitativa ou quantitativamente;
 - os relativos às diferenciações que se fazem necessárias, tendo em vista as variações da clientela do livro, das condições geográficas e de desenvolvimento local;
 - a determinação das necessidades, por unidade federada no caso do ensino primário e médio, e por instituição no do ensino superior.
- a seleção de setores a serem contemplados prioritariamente, a crítica dos livros a serem adquiridos aos pareceres sobre novos títulos que se fazem necessá -

necessários fiquem a cargo de especialistas nas diferentes áreas e graus de ensino;

- - a distribuição de bibliotecas escolares seja acompanhada de material que oriente sua utilização;
- a COLTED realize um Plano de Avaliação do Uso das bibliotecas, a fim de melhor orientar o prosseguimento do trabalho que lhe compete;
- a fixação de critérios para a escolha de livros a serem adquiridos pela COLTED, bem como do material a ser produzido, atenda ao estabelecido pelas diversas Comissões de Trabalho;
- sejam estimulados os autores e ilustradores nacionais, nos três níveis de ensino, através de incentivos e mecanismos de proteção, de conformidade com as Recomendações específicas das Comissões de Trabalho;
- que se promova a adaptação ou tradução de obras estrangeiras nas matérias em que não haja publicações em português, ou quando as disponíveis não atenderem aos requisitos de qualidade necessários;
- a COLTED realize, com o auxílio da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, a listagem e avaliação das bibliotecas escolares e seu acervo, e estude meios para seu contínuo aprimoramento;
- que por intermédio do Instituto Nacional do Livro, se procure maior intercâmbio com todas as entidades oficiais que tem programas editoriais próprios e difusão dessas informações;
- - que parte das tiragens das edições de órgãos oficiais seja comercializada por distribuidores privados;
- que se promova a edição de um Boletim Bibliográfico Mensal, isento de referências opinativas, cuja elaboração e publicação fiquem a cargo do INL, em convênio com a COLTED e o SNEL;
- que o INL seja aproveitado como um dos Centros de Distribuição, devendo para isso ser fortalecido com os recursos capazes de modernizar o seu aparelhamento e a sua organização, como distribuidor;

- que, sem prejuízo dos cursos, seminários e publicação de livros de aperfeiçoamento profissional previstos no Plano inicial da COLTED, seja elaborado um "Plano de Emergência" para o aperfeiçoamento de um mínimo de duzentas pessoas que trabalham na editoração e distribuição de livros nas áreas pública e privada;
- que o MEC solicite a colaboração de outros Ministérios que possuam serviços de transporte e o auxílio para a distribuição de livros didáticos;
- que o MEC solicite ao Ministério dos Transportes redução das tarifas de transporte ou mesmo isenção para o livro e o catálogo alusivo;
- que o MEC, assessorado pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros, estude com representantes do nosso sistema bancário, a possibilidade da abertura de uma linha de crédito especial para financiar a expansão e modernização da rede de livrarias e dos meios de produção do livro.

A Comissão de Redação reitera que as Recomendações acima apresentadas procuram sintetizar o pensamento das diversas Comissões que ele tem de comum sem prejuízo das Recomendações específicas de cada uma delas as quais passam a fazer parte deste documento final, previsto no art. 19 do Regimento Interno da 1ª Semana de Estudos COLTED.

1. A seleção dos livros para distribuição pela COLTED às escolas primárias não ficou "a cargo do INEP" como consta da informação ~~que~~ 1000 bibliotecas foram escolhidas exclusivamente pelo Departamento Nacional de Educação e 5000 bibliotecas foram escolhidas por uma comissão mista INEP-DNE, de que fizeram parte: América de Freitas Lima, Iris Fadel e Maria Olindina P. Trindade (Departamento Nacional de Educação), Helena Lopes, Maria José Berrutti, Maria Onolita Peixoto e Teresinha Casasanta (Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais), Maria Yvonne Atalécio de Araújo (equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário) e Elza Nascimento Alves, Genêrice Albertina Vieira e Nair Ferreira Tulha (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais).

2. Não foi realizada reunião entre "professores, editores e representantes do INEP" com a finalidade de estudos e seleção de livros, nem seria razoável que editores fizessem parte de comissão com esse objetivo.

3. A única reunião realizada com a presença de editores em que tomaram parte representantes do INEP, e, inclusive, a Técnica de Educação em causa, não incluiu professores nem teve a finalidade referida. Foi solicitada pelos representantes dos editores junto à COLTED - General Propício Machado Alves e Dr. Décio Abreu, que a ela compareceram, e teve por objetivo esclarecer os representantes do INEP acerca do histórico e dos objetivos e planos da COLTED.

A Técnica de Educação referida limitou-se, como os demais funcionários do INEP presentes, a tomar ciência dos assuntos em pauta. Não foram discutidos critérios de seleção de livros.

4. Em seguida a essa reunião, foi organizada uma comissão para estudo e seleção de livros, da qual a funcionária em questão não participou. Achava-se a mesma, no período em que foi constituída

2.

da a comissão, ultimando os trabalhos para a IIIª Conferência Nacional de Educação. A única sugestão que teve oportunidade de apresentar referiu-se à necessidade de se considerar, no planejamento da escolha dos livros para o aluno, a população escolar em cada série, para uma distribuição proporcional a esses contingentes.

5. A seleção final de livros foi realizada em período em que a Técnica em questão se encontrava em Salvador, participando da Conferência referida.

6. Na semana seguinte a seu regresso, foi realizada, no Rio, a Semana de Estudos COLTED, de que participou a Técnica em causa, escolhida pela direção da COLTED para relatora do trabalho "Adequação do livro à escola brasileira" - Comissão do Ensino Primário. Essa comissão e as demais encarregadas dos vários graus de ensino deveriam pronunciar-se sobre os tipos de livros mais desejáveis nos respectivos níveis.

As sugestões que apresentou a funcionária em questão foram quase todas integralmente aprovadas, após discussão de quatro dias, pela Comissão do Ensino Primário e, depois, pelo plenário.

7. Não houve, porém, oportunidade de considerá-las na seleção de livros para a COLTED, pois esta já fôra ultimada e a relação dos livros indicados já fôra entregue.

8. Da comissão de onze membros que dela se encarregara apenas três servem ao INEP no Rio e as decisões foram tomadas em conjunto, o que tornaria impossível a pretendida influência exercida pela Técnica de Educação em causa, que, como esclarecemos, se achava, no período, em Salvador.

9. Apresentando as informações supra, tomamos a liberdade de sugerir a extensão da presente investigação, incluindo na mesma a própria fonte da denúncia que deu lugar à presente consulta.

O fato de se incriminar de maneira tão fantasiosa e injusta um servidor que se caracteriza pelo senso de responsa-

3.

bilidade no trato do interesse público prenuncia dificuldades futuras na obtenção de elementos dispostos a colaborar em trabalho penoso, exigindo alto nível técnico e realizado com sacrifício de tempo, se ficarem os mesmos sujeitos a ataques dos que tiverem os interesses contrariados.

É preciso ter em conta que os interesses em jogo, no caso, são vultosos e, nas condições que se criarão, a prevalecer a possibilidade de acusações sem provas e feitas anônima-mente, fácil será que os elementos mais capazes e de maior responsabilidade se abstenham, deixando lugar aos que talvez se prestem a servir a êsses interesses, nem sempre coincidentes com os da educação e do progresso nacionais.

C O L T E D

Discurso do Prof. EDSON FRANCO, Secretário Geral do MEC, representando o Ministro da Educação e Cultura.

Meus Senhores:

Na impossibilidade da presença de Sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarsis Dutra, no ato de inauguração do I Seminário da COLTED, encarregou-me de representá-lo, na oportunidade, dizendo de satisfação / que sente ao verificar que, em sua gestão, matéria urdida no trabalho de outras épocas deste Ministério, começa a ter seu desenvolvimento total

2. - Na escolha de seu representado procurou o Ministro da Educação distinguir quem vinha, por uma forma intermitente, dirigindo essa Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, cujas esperanças pelo trabalho já desenvolvido pela mesma, simbolizam toda a certeza e confiança que temos que este projeto não é um projeto comum, mas o primeiro, a propiciar o desenvolvimento, em larga escala, da indústria do conhecimento através da assistência à indústria do livro. Neste Ministério a CAMPANHA NACIONAL DE MATERIAL DE ENSINO constitui-se e, no nosso entender, no TODO do qual é parte o projeto do Livro Técnico e do Livro Didático, com uma filosofia própria, cuja síntese se verá neste encontro, e de cuja demarcação tantos esforços careceu e tanto trabalho necessitou para sair à etapa de realização plena, agora iniciada em caráter nacional.

3. - Agradecer ao Ministro de Estado, pela oportunidade que nos oferece cremos, com convicção, deva ser a tarefa primeira e o fazemos confiante que Sua Excelência acredita que, sendo um programa já delineado numa exaustiva e positiva planificação, podendo sair da esfera da sua ação direta para passar, decisivamente, à execução pelos órgãos encarregados de tal trabalho.

4. - Meus senhores: este Seminário ou Semana de Estudos que hoje se instala é o primeiro momento para o encontro de idéias de educadores, editores, livreiros e interessados em publicações em torno de um problema comum qual seja o da expansão da indústria do livro (indústria do conhecimento) e, ao mesmo tempo, de redução, barateamento enfim, das publicações técnicas e didáticas, concorrendo, assim, à aquisição, à baixo custo, dos livros para o estudo curricular e para a formação técnica indispensável ao homem moderno. Nossa crença é total no êxito deste encontro. Ele realmente representa o ensejo mais propício para aqueles que tiverem idéias concretas quanto ao tema, oferecerem suas oportunas e indispensáveis sugestões de tal modo que o Ministério da Educação e Cultura possa solver / tão momentosa questão dos livros para os estudantes e profissionais.

5. - Da COLTED, nessa primeira fase, muito se almeja. Em primeiro, que

constitua e faça instalar e funcionar, com o auxílio dos órgãos avançados da educação, estaduais, particulares, federais ou locais, as projetadas 8.030 bibliotecas escolares destinadas aos três níveis de ensino. Da COLTED se deseja que essas bibliotecas não se transformem em meras doações de livros, mas, efetivamente signifiquem, com êles, a formação pioneira de núcleos iniciais de concentração de material para uma educação assistemática e voltada para a pesquisa dos textos tão indispensável e autêntica quanto aquela que se faz diretamente pelo professor com o aluno, em sala de aula. Que êsses núcleos iniciais sejam configurados como pontos de apoio inicial, de informações básicas e que sirvam de centros avançados, no País, de uma nova mentalidade democrática de cultura e de educação que se vê, a cada passo, crescer nesta Nação.

6. - Da COLTED, ainda nessa primeira etapa de existência, espera-se que cumpra sua louvável missão, oferecendo livros, em grandes tiragens, mediante sistema de empréstimo e de doação e de venda a baixo custo, nesses mesmos núcleos iniciais de atuação direta, a todos os estudantes e pré-profissionais dos três níveis de ensino. Além disso urge desejar e ver realizado, pela COLTED, um vasto programa editorial que acentue e marque definitivamente o trabalho nacional de títulos novos adaptados, de modo devido, à formação escolar e tecnológica.

7. - O importante é que nessa tarefa não está empenhada somente a organização administrativa federal, através do Ministério da Educação e Cultura. Está, também, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros que agrupa e congrega todos quanto, na esfera da empresa privada, empenham-se, em colaboração com o Poder Público, em nome do bem comum, na preparação e difusão de textos adequados à escola brasileira, acadêmica, moderna ou técnica. Por outra parte êsse projeto depende, num processo de colaboração, da ajuda financeira da Agência Internacional para o Desenvolvimento sem a qual o programa não teria tido a desenvoltura que se lhe está dando. A êle o melhor do nosso aprêço e nosso sincero reconhecimento.

8. - De tudo isso, porém, o mais importante é o estudante beneficiado, juventude pela qual trabalham os educadores pátrios, juventude que se aperfeiçoa, que crescerá no saber pois que do livro pode decorrer, como necessária, aquela auto-formação tão indispensável, quanto sempre oportuna pois é prova que a escola não se constitui num elemento de fôrça e coação, mas de motivação a um dever, o mais elevado, que, cumprido, pelos próprios esforços dos homens em formação, transformará a face comunitária, dando-lhe a conotação moral, intelectual, material, religiosa e técnica de que tanto necessita para o seu desenvolvimento integral.

9. - A juventude brasileira requer dos educadores solução para seus problemas. Eis um momento para meditarmos nelas. Naquilo que fôr justo e certo deveremos todos antecipar soluções. E uma delas, que percebemos benéfica, é a de

possibilitar material de aprendizagem fundamental que concorra à fixação do ensino e sua total percepção, seja ele ministrado em que escola fôr e em que nível se encontre. Longe de buscar soluções oportunistas deve-se promover estudos eficazes que tragam como consequência nosso aperfeiçoamento permanente e beneficiem a sistemática de ensino até então adotada. A quantidade das oportunidades de ensino não deve jamais afetar a qualidade daquilo que se promove e, tanto quanto estiver a nosso alcance, cabe propugnar pela adoção de técnicas de estudo grupal, entre os estudantes, em ambientes próprios, como as bibliotecas, onde a socialização educacional se operará sob forma adequada na plenitude dos desejos de um bem comum, que seja o bem de cada um. E essa educação assistemática deverá trazer, como corolário, a formação de todos e de cada qual, como homem e como humanidade, com fins de aperfeiçoamento pessoal e comunitário. Esperar menos que isto é muito pouco para um programa em que se deposita a máxima confiança pelos ideais que o inspiraram. A COLTED, porém, não marcha sôzinha, não é gerada do esforço isolado de seus membros, mas de todos aqui convidados que bem exprimem, pela representação que efetivam nosso maior interêsse de desenvolver todo o projeto com as Secretarias de Educação e Divisões de Educação no que se refere aos níveis primário e médio, e, com as Universidades, relativamente ao ensino superior. Secretarias de Educação e Universidades são os pontos firmes de apoio nos quais além da confiança que temos pelo trabalho que desenvolverã, bem conhecemos seu interêsse já demonstrado pelo que aqui começa, com a presença uníssona neste ato.

10. - Se a COLTED não buscar soluções entre as quais essas são exemplos, não será a COLTED que se imaginou desde os idos de 1965 quando começou a ser projetado o programa. Se a COLTED não se voltar, como fim último, para a melhoria gradativa e autêntica do ensino e para às tarefas da formação técnica, pelos textos adequados, não será a COLTED como foi conceituada nos documentos legais que lhe deram o batismo público e o braço oficial. A esperança do projeto reside, a nosso ver, no engrandecimento comunitário e pessoal que consiga promover e nas oportunidades que ofereça de democratização da cultura. § êsses objetivos derradeiros, acarretarão, como consequência lógica e irretorquível, a expansão e a melhoria da indústria do conhecimento, a mais jovem indústria universal de comunicação do pensamento, representada, efetivamente, pela interrelação de tudo o que se possui como aprendizado avançado, acervo cultural de uma geração amadurecida legado a uma geração que se forma e da qual tanto se espera. Se a COLTED não fôr tudo isso não terá seguido as pegadas iniciais de seus idealizadores que se professaram crentes de ver êste País elevado culturalmente por uma educação mais aprimorada e autêntica.

11. - Parte da Escola, o livro é alimento de seus integrantes, alunos, professores e pais. Parte da Escola, as publicações servem de permanente contato

extra-temporal e além-espaco com aquilo que nela nos é ensinado. De forma indireta, pelo baixo custo operacional e pelas possibilidades de acesso fácil aos textos a família e os estudantes se locupletarão do programa sendo partes integrantes d'ele.

12. - Mas a COLTED que deve ser tudo isso, deve ter presente que o humanismo autêntico não se serve de fórmulas feitas e acabadas, todavia busca na criatividade humana, num ininterrupto esforço de dignificação da pessoa humana, permanente expressão de uma teologia de socialidade onde cada qual assume sua própria personalidade. Ela não pode e não deve esquecer aqueles que estão urdindo novas formas de ensinar com os textos, nem aqueles que meditando nas melhores lições com temor ousam apresentar suas criações luminaras. Ela deve, sim, estimular o trabalho de criação de novas obras, servindo de veículo para êsses "novos pioneiros" de novas e velhas ciências.

13. - Meus senhores: sem fugir dos objetivos d'êste Seminário precisa - mos ter presente, pelas suas seis comissões e seus integrantes, que a educação é vida. Sua melhoria e quantificação maior, utopias pelo desejo, num país em desenvolvimento, devem constituir-se em fins maiores. Êsses seis grupos que se formarão logo mais, nesta Semana intensiva, deverão buscar, no condimento do trabalho colegiado, naquele tipo de contato tão almejado pelo Senhor de Esopo, a fidelidade aos fins que nos uniram e a defesa dos interesses nacionais e universais que nos motivaram a vir até aqui. Que cada um seja parte de um todo e que êsse todo seja a comunidade que almeja o bem educacional pelo qual lutamos com avidez e tenacidade na certeza de melhor vivermos nossos dias e daqueles que de nós esperam.

14. - O holocausto de trabalho está preparado. Resta que, com esforços desmedidos, cada um de per si e todos em comum trabalhem para que essa Semana de Estudos e êsse Seminário signifiquem, nas nossas inteligências e nos nossos corações, primeiro encontro de tantos idealistas que acreditam no programa. E que seja o primeiro no tempo, como o é, prometendo tantos outros que a COLTED realizará, por certo, para melhor seguir seu caminho bem identificado: o de produzir e fazer produzir livros para o progresso, unindo estudantes e professores, editores e livreiros, na cooperação tão necessária a êsse bem com o qual sonhamos. Que cada um no seu esforço pessoal, revele, neste tempo, o melhor de suas idéias e que essa sigla de COLTED, já conhecida no País, bem identifique os nossos desejos: estudantes mais capacitados, escolas melhor equipadas com livros, comunidade elevada no seu status, numa sùmula de desenvolvimento que motiva nosso trabalho em bem do Brasil.

COLTED

Acquint AP
Cete

Decreto n. 59.355 de 4 de outubro de 1966

O PRESIDENTE DA REPUBLICA ,

usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal,

Considerando que a produção e a distribuição do Livro Técnico e do Livro Didático interessam, sobretudo, aos poderes públicos, pela importância de sua influência na política de educação e de desenvolvimento econômico e social do País;

Considerando que, na defesa desse interesse, deve o Estado manter-se numa atitude ao mesmo tempo atuante e vigilante, cabendo-lhe participar diretamente, quando necessário, da produção e distribuição de livros dessa natureza;

Considerando, entretanto, que nesse, como em vários outros setores da produção intelectual, seria contraproducente a intervenção do Estado que asfixiasse a iniciativa privada, cumprindo antes aos poderes públicos orientar e incentivar a livre concorrência, visando a intensificar a produção e a melhorar a qualidade do livro técnico e do livro didático, diminuir-lhe os preços de custo e de venda, assim como assegurar-lhes pronta distribuição;

Considerando que, no desempenho dessa tarefa, não pode o Estado deixar de atender para determinadas prioridades, amparando, de um lado, as obras de autores nacionais e de outro, as publicações técnicas e científicas;

Considerando a necessidade de ser mantido, dentro da administração pública federal, um órgão que se encarregue do planejamento e execução de programas destinados à expansão, ao aprimoramento e à difusão do livro técnico e do livro didático;

Considerando que o Decreto n. 58.653, de 16 de junho de 1966, criando o Conselho do Livro Técnico e Didático, não atendeu integralmente às finalidades acima expostas;

DECRETA :

Art. 1º - Fica instituída, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o apri-

moramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos.

Art. 2º - Para o atendimento dessa finalidade, cabe à COLTED :

I - Definir, quanto ao Livro Técnico e ao Livro Didático, as diretrizes para a formulação de programa editorial e planos de ação do Ministério da Educação e Cultura;

II - Elaborar seu plano anual de trabalho e o de aplicação de recursos;

III - Autorizar a celebração de contratos, convênios e ajustes com entidades públicas e particulares e com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros;

IV - Autorizar a concessão de auxílios e a prestação de assistência técnica, aprovando os relatórios sobre sua aplicação ou desenvolvimento;

V - Promover estudos e prestar a assistência que lhe for solicitada, tendo em vista as finalidades previstas neste decreto;

VI - Colaborar com outros órgãos públicos ou particulares, de objetivos idênticos, equivalentes ou correlatos, em particular com o Grupo Executivo da Indústria do Livro - GEIL;

VII - Examinar e aprovar projetos específicos do trabalho que lhe sejam submetidos;

VIII - Elaborar sua proposta orçamentária anual;

IX - Autorizar a efetivação de despesas até o limite de meio por cento dos recursos da COLTED para custeio de sua operação;

X - Traçar normas para melhor execução deste Decreto, inclusive elaborar seu regimento;

XI - Requisitar os servidores civis necessários ao seu funcionamento.

Art. 3º - A COLTED deliberará através de um colegiado constituído de nove membros natos a saber:

- 1 - O Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação;
- 2 - Os Diretores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Instituto Nacional do Livro;
- 3 - Os Diretores das Diretorias de Ensino do Ministério da Educação e Cultura;

- * - O Superintendente do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura;
- ✓ - O Presidente do Sindicato Nacional dos Editôres.

§ 1º - Os membros do colegiado indicarão ao Ministro um substituto para suas ausências ou impedimentos eventuais.

§ 2º - Poderá participar das reuniões, como assessor, o Diretor Executivo da Campanha Nacional de Material de Ensino.

§ 3º - A COLTED será presidida por um de seus membros, designado pelo Ministro.

Art. 4º - Das deliberações da COLTED cabe recurso para o Ministro da Educação e Cultura, de cuja homologação dependerá sempre as deliberações relativas à matéria prevista no art. 2º, itens I e II.

Art. 5º - A COLTED, para execução de suas tarefas, disporá de uma secretaria, e, se fôr necessário, de assessôres.

Art. 6º - A coordenação das atividades programadas pela COLTED, assim como a execução de suas deliberações, ficarão a cargo de um Diretor Executivo, que superintenderá também os trabalhos de Secretaria.

Parágrafo único - O Diretor Executivo será designado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 7º - O Diretor Executivo proporá à COLTED as medidas que julgar indispensáveis ao seu funcionamento, inclusive a requisição de servidores públicos civis, na forma da legislação vigente.

Art. 8º - Para a consecução de seus objetivos, a COLTED aplicará os seguintes recursos:

- I - Os que lhe forem consignados no Orçamento da União;
- II - Os suprimentos advindos dos demais poderes públicos ou de instituições nacionais;
- III - Os que lhe forem transferidos, a qualquer título por particulares ou por entidades ou agências nacionais, estrangeiras ou internacionais.

Art. 9º - Os recursos da COLTED serão Depositados no Banco Central da República, que os contabilizará e sôbre eles exercerá função de auditoria.

Parágrafo único - O Banco Central da República fará abrir no Banco do Brasil conta em nome da COLTED para ser por esta movimentada.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 58.653 de 16 de junho de 1966 e demais disposições em contrário.

Brasília, 4 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

aa) H. Castelo Branco
R. Moniz de Aragão

I N F O R M A Ç Õ E S

Livros didáticos

1. Formação e Desenvolvimento de Conceitos - Maria Luiza de Almeida Cunha Ferreira.
2. Habilidades de Estudos Sociais - Maria Onolita Peixoto
3. Experiências de Linguagem Oral na Escola Primária - Maria Yvonne Atalécio de Araújo.
4. Testes, Medidas e Avaliação - Oyara Petersen Esteves
5. Ciências na Escola Moderna - Maria José Berutti e Terezinha Nardelli.
6. Ver, Sentir, Descobrir a Aritmética - Rizza de Araujo Porto
7. O que é Jardim da Infância - Nazira Féres Ábi-Sáber

H I S T Ó R I C O

1. Em 1963 as autoras mencionadas acima, dirigiram pedidos individuais ao Senhor Diretor do INEP - Prof. Anísio Teixeira - no sentido de serem liberados os direitos autorais dos livros por elas escritos. O PABAEÉ, que editara 5000 exemplares de cada na 1ª edição, não iria mais reeditá-los. A solicitação dos autores foi aprovada, respectivamente, pela chefe americana do Departamento de Publicações do PABAEÉ, pelo Co-diretor americano, pelo chefe do Ponto IV no Rio e pelo Diretor do INEP.

Contratos foram assinados pelas autoras com a Editora Nacional do Direito para a publicação de 50 mil exemplares de cada obra, cuja 1ª edição seria de 10 mil.

2. Em 1964 o Editor procurou as autoras para que assinassem uma carta ao Senhor Diretor do INEP pedindo a liberação dos restantes 40 mil exemplares. A Direção do INEP indeferiu o pedido.

Só então chegou ao conhecimento das autoras que a liberação inicial havia sido concedida para apenas 10 mil exemplares, embora tudo levasse a crer que nenhum limite houvesse sido estipulado (não foram encontradas, nos arquivos do PABAEE, quaisquer cópias de correspondência sobre o assunto).

A recusa do Senhor Diretor do INEP baseou-se em que:

1º) A Editora vendia as obras a preços acima das possibilidades de aquisição da professora primária brasileira, em encadernações de luxo, e levando o nome do PABAEE e do INEP. A edição mais barata em brochura, foi muito reduzida, não atendendo nem de longe, à demanda do mercado consumidor.

2º) As autoras estavam auferindo lucros por trabalhos realizados durante o horário regular de trabalho, quando somente pode receber direitos autorais o profissional que escreve o seu livro nas horas vagas, em casa. No caso do PABAEE, os livros pertenciam ao MEC. (Não há, porém, qualquer documento ou qualquer alusão, no contrato de trabalho, que estabeleça tal critério. E, ainda, grande parte dos livros era feita em casa, pois as autoras tinham outros deveres como lecionar, orientar professores etc.)

Foram apresentadas várias sugestões, por parte do PABAEE, para a solução do problema, que já dura longo tempo e com efeitos bastante negativos. Assim é que, além de os livros não existirem no mercado, embora muitos deles constituem obras básicas para alunos de curso Normal, de cursos de Supervisão e outros, pessoas inescrupulosas vêm "copiando" as idéias neles contidas e editam "novas" obras, muitas vezes deturpando as idéias do original.

Foram duas, principalmente, as sugestões apresentadas:

a) Paralelamente à edição de 5 ou 10 mil exemplares, do PABAEE, as autoras teriam permissão para fazer contrato com Editoras para lançamento do livro no mercado nacional, em brochura, tornando-o acessível à maioria dos professores.

b) O Centro Regional de Minas (ex-PABAEE) teria direito a uma percentagem do total dos livros editados.

Observação: Uma política que garanta ao técnico de educação a posse dos direitos autorais de obra escrita dentro do horário de trabalho, salvaguardadas certas cláusulas, que os próprios autores aceitem como justas, e que constam das duas sugestões apresentadas,

teria o seguinte resultado: 1) estimularia maior produção de obras didáticas, fortalecendo o espírito de pesquisa e observação durante o trabalho, e ainda tornando o nome da instituição mais conhecido; 2) consolidaria uma unidade de pensamento pedagógico, uma vez que qualquer publicação só seria liberada para edição depois de passar por um Conselho Editorial (que já existe em funcionamento).

Nota: Quanto ao contrato com a Editora Nacional, foi baseado em um ou 2 salários mínimos do Estado da Guanabara por edição de 5000 exemplares.

A Editora, burlando a boa fé das autoras, vendeu a coleção a outra firma que a edita luxuosamente. As autoras entraram em entendimento com a Editora Nacional do Direito, no sentido de que cessassem tais vendas, mas não puderam ver atendidas suas reclamações uma vez que, por lei nenhum direito lhes assistia.

Em 26/10/66

COLTED
Agência
Cede

COLTED

1. Ministro da Educação e Cultura
DR. RAYMUNDO MONIZ DE ARAGÃO
Rua da Imprensa, 16 - 2º andar
Telefone: 42-9030

2. Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação
DR. EDSON FRANCO
Rua da Imprensa, 16 - 14º andar
Telefone: 42-1481

3. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
DR. CARLOS MASCARO
Rua da Imprensa, 16 - 10º andar
Telefone: 42-7951 *Conex*

ou

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Rua Voluntários da Pátria, 107
Telefone: 46-9574

4. Diretor do Instituto Nacional do Livro
DR. AUGUSTO MEYER
Av. Rio Branco, 219 - 39
Telefone: 42-5254

5. Diretor do Ensino Comercial
DR. LAFAYETTE GARCIA *Belfor*
Rua da Imprensa, 16 - 12º andar
Telefone: 42-9169

6. Diretor do Ensino Industrial
DR. ARMANDO HILDEBRAND
Rua da Imprensa, 16 - 14º andar
Telefone: 42-1881

7. Diretor do Ensino Secundário
DR. GILDASIO AMADO
Rua da Imprensa, 16 - 15º andar
Telefone: 42-1550

8. Diretor do Ensino Superior *he*
DRA. ESTHER FIGUEIREDO FERRAZ
Rua da Imprensa, 16 - 13º andar
Telefone: 42-8655

9. Presidente da Comissão Nacional do Livro Didático
PROFª LUCIA MAGALHAES
Rua da Imprensa, 16 - 9º andar
Telefone: 42-7861

ou

Colégio São Fernando
Rua Marques de Olinda, 74
Telefone: 26-4646

*há
sint
mais*

10. Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário
 (Ministério da Agricultura)
 DR. WALTER WOLF SAUR
 Largo da Misericórdia
 Telefone: 42-3327

11. Presidente do Sindicato Nacional de Editores de Livros
 DR. CÂNDIDO PAULA MACHADO
 Av. 13 de Maio, 23 - 16º andar - sala 1619
 Telefone: 32-0133

ou

52-8261 (manhã) - 52-4454 (tarde)

O U T R O S

1. Diretor Executivo da Campanha Nacional de Material de Ensino
 PROFª HELOISA ARAÚJO
 Rua da Imprensa, 16 - 11º andar
 Telefone: 42-7553
2. Vice-Presidente do Sindicato Nacional de Editores de Livros
 GENERAL PROPICIO M. ALVES
 Av. Rio Branco, 81 - 12º andar
 Telefone: 23-9716
3. Representante da Câmara do Livro de São Paulo
 PROF. DECIO DE ABREU
 Av. Erasmo Braga, 255 - 8º andar
 Telefone: 52-4128
4. Assessora de Publicações da USAID
 MISS. ALICE H. PALMER
 Rua Melvon Jones, 27 - 18º andar - sala 1801T
 Telefone: 31-2946 ramal 250
5. PROF. MÁRIO CAMARINHA DA SILVA
 Rua do Livramento, 203 - 8º andar
 Telefones: 23-1733 ramal 20 ou 47-2652 (residência)
6. PROF. LEOSTENES CHRISTINO
 Fundação Getúlio Vargas
 Praia de Botafogo, 186
 Telefone: 46-4010 ramal 3

Rio, 20/10/1966

/11s.

Arquivo
COLTED

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Senhor Diretor:

Dentre as atribuições d'este Instituto, sobreleva a de preparar publicações relativas aos estudos e pesquisas que realiza - de interesse de um grupo especializado mais ou menos restrito - e guias de ensino para professores primários e de ensino médio, os quais - para atender às condições desejáveis a obras d'esse gênero - requerem ampla aplicação em classe.

Essas últimas publicações, sôbre serem onerosas, tendo em vista as despesas de edição, não podem alcançar diretamente os profissionais aos quais, em última análise, se destinam, mas pretendem atingi-los indiretamente, por intermédio dos elementos encarregados do preparo e aperfeiçoamento do magistério.

Para só citar o setor do ensino primário, contando o Brasil com mais de 300 000 professores desse nível, as edições realizadas por este Instituto têm atingido a apenas 10 000 exemplares, distribuídos gratuitamente entre orientadores de ensino (nas unidades federadas em que existem tais profissionais), professores de Cursos Normais e bibliotecas das Escolas Normais de maior contingente de alunos.

Tal prática não vem evidentemente atendendo ao objetivo em vista, que seria assegurar que cada professor que o desejasse pudesse ter acesso a esse material.

No momento em que o Governo Federal está empenhado no programa da melhoria do ensino, parece essencial o estudo de medidas que venham permitir que a ação supletiva que lhe cabe nesse sentido seja exercida com maior plenitude. Sendo o livro um dos instrumentos que melhor podem contribuir para esse objetivo, julgamos oportuno fazer sugestões para o encaminhamento do problema das publicações de orientação ao professor.

Vem este Instituto obtendo a participação, em seu programa de publicações, de professores em exercício, sem prejuízo de suas funções, de aposentados e de professores dos Estados, postos à sua disposição.

No 1º caso, a experiência vem sendo altamente negativa, tendo em vista que dedicam a esse trabalho períodos restritos, não havendo, em consequência, na maior parte dos casos, cumprimento dos compromissos assumidos, quando menos não que diz respeito a prazos. A remuneração prevista para tal tipo de proje -

tos, com a instabilidade da moeda, torna-se, ao fim de algum tempo, irrisória, constituindo um elemento de desestímulo.

Quanto aos professores postos à disposição deste Instituto, vem ocorrendo que se dediquem a publicações comerciais fora do horário de trabalho, com evidente prejuízo para o serviço público, pela fadiga que acarreta esse excesso de atividade. Isso ocorre pelo fato de não obterem compensação maior por trabalho de responsabilidade muito superior ao do funcionário médio de sua profissão e no qual empenham experiência e estudo de muitos anos.

Soma-se a estes o problema da distribuição dos livros, onerosa e difícil.

Por sua vez, as editoras comerciais, se não se valem de pessoas capazes para orientar o setor de educação, são principalmente norteadas por critérios comerciais, editando, não raro, obras sem maior valor ou até inadaptadas para os fins a que se destinam e que evidentemente ficam prejudicadas por falta de acesso dos autores ao sistema escolar, senão de maneira restrita assegurada por sua experiência pessoal. Os preços de venda dos livros são afetados sensivelmente pelo fato de os gastos com direitos autorais serem indefinidos no tempo e vultosos, chegando em alguns casos a atingir 10 milhões mensais, enquanto o livro fôr vendido.

Esses fatos parecem indicar a vantagem do entrosamento das iniciativas pública e privada, no sentido de contribuir para que obras sobre os aspectos fundamentais de educação sejam preparadas por autores capazes, nas condições desejáveis de acesso ao sistema escolar, e sua distribuição garantida e a preços mais acessíveis do que os atuais.

Muito se contribuiria para esse barateamento do livro se os gastos com direitos autorais fossem transformados em pagamento do justo preço do trabalho, a que poderia ser acrescentada uma retribuição razoável paga pela editora aos autores, quando as edições atingissem determinados limites.

O INEP receberia ofertas de editoras para cada uma de suas publicações de assistência ao professor, as quais especificariam as condições materiais da edição e provariam - por estrutura já existente - a possibilidade de colocação da obra em todo o território nacional, em livrarias ou em organismo educa -

cionais (escolas, centros de supervisão, etc.).

Os professores convidados pelo INEP para escreverem trabalhos de interesse do magistério receberiam por esse trabalho uma remuneração justa, arbitrada pelo INEP e paga por este ou pela editora dos livros.

A editora pagaria a este Instituto em livros, a serem distribuídos gratuitamente pelo INEP, numa percentagem da edição, a ser fixada, e que ressarciria, pelo menos, os gastos com os autores.

Com essa solução, obteria este Instituto gratuitamente as publicações que preparasse para o magistério para a distribuição que realiza, e os livros que preparasse para esse fim alcançariam todos os professores que o desejassem, em condições menos onerosas.

A solução, a nosso ver, resultaria em baixa de preço do livro e colocação certa dos melhores no mercado, em razão de chancela deste Instituto e do preço mais acessível.

Cordialmente,



Lúcia Marques Pinheiro
Coordenadora da DAM

PROGRAMA DA SEMANA DE ESTUDOS DA COLTED

	2/5 - 3ª Feira	3/5 - 4ª Feira	4/5 - 5ª Feira	5/5 - 6ª Feira	6/5 - Sábado
9 h	8h - Apresentação de credenciais Audit. MEC	Conferência - Prof. Emerson Brown Audit. MEC	Conferência - Prof. Claude Boyd Audit. MEC	Conferência - Prof. Kenneth Hurst Audit. MEC	
10 h	Sessão de Instalação (Audit. MEC)	Reunião das Comissões. Debates (C. E.F.)	Editôra José Olímpio (Visita)	Sessão Plenária. (Audit. MEC)	Encerramento - Leitura das Recomendações e sugestões. (Audit. MEC)
11 h	Reunião Preparatória para distribuição dos participantes nas Comissões. (Audit. MEC)		O Cruzeiro (Visita)		
11h30 min.			Manchete (Visita)	Visita ao Sr. Ministro da Educação.	
12h	Almôço	Almôço	Almoço: Manchete	Almôço	
15h	Conferência - Prof. W. Jackson (Audit. MEC)			Preparação da Redação Final (CFE)	
16h	Reunião das Comissões. Apresentação dos trabalhos dos relatores (CFE)	Sessão Plenária (Audit. MEC)	Reunião das Comissões (Preparação dos documentos básicos (CFE)		
17h				Sessão Plenária	

Auditório MEC - 1º andar - Palácio da Cultura
Conselho Federal de Educação - 5º andar - Palácio da Cultura

Mr. Carlos Gomes Placaro
Luz

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Semana de Estudos da COLTED

Rio, 2 a 6 de maio de 1967

ADEQUAÇÃO DO LIVRO À ESCOLA BRASILEIRA

Comissão do Livro de Nível Primário

Coordenador: Celso Kelly

Relatora: Lúcia Marques Pinheiro

ADEQUAÇÃO DO LIVRO À ESCOLA BRASILEIRA

- a) Conceito do meio no espaço e no tempo
- b) Fundamentação ecológica

S U M Á R I O

Conceito de meio	2
Relações entre o homem e o meio	3
Objetivos da educação	5
Currículos, programas e recursos de ensino	8

De que maneira poderá o livro contribuir para êsses objetivos da escola brasileira?

• papel do livro no programa de reforma da escola. .11	.11
• o livro para o professor11
• preparo do professor para uso do livro13
• o livro do aluno14
• constituição de bibliotecas17
• estudos básicos necessários17
• sugestões de novos títulos.17

ADEQUAÇÃO DO LIVRO À ESCOLA BRASILEIRA

- a) Conceito do meio no espaço e no tempo.
- b) Fundamentação ecológica.

Interpretamos o tema proposto como significando que se busca uma relação mais estreita entre o livro e a escola brasileira. A escola que iremos considerar não deverá ser, evidentemente, a que hoje existe e que estamos nos esforçando por reformar, mas aquela que reputamos desejável e à qual nossos planos devem conduzir. Não será ela uma escola uniforme, mas diversificada, na medida em que isso se faça necessário e essa condição terá de ser considerada ao discutirmos os problemas relativos ao livro.

A Escola é a instituição especialmente criada pela sociedade - no caso a sociedade brasileira - para se encarregar da educação sistemática. Atua através de uma série de condições - que envolvem o professor, o livro e outros tipos de materiais auxiliares do ensino, as condições do prédio e equipamento e o tempo disponível - sobre o educando - tendo em vista objetivos definidos.

O processo educativo se dá no aluno, e a primeira condição a ser levada em conta na adaptação do livro à escola será a consideração da criança - suas necessidades, interesses, suas diferentes capacidades, a refletirem, até certo ponto, o ambiente em que vive.

A educação moderna é educação para uma sociedade em transformação em ritmo crescente, a exigir dia a dia novas habilidades e conhecimentos.

Os conhecimentos estáticos que a escola de há um século "transmitia", segura de que seriam úteis no futuro, e que constituem a chamada instrução, que absorvia todo o esforço do educador, hoje não bastam. A seu lado, e merecendo ênfase mais acentuada, está a formação de atitudes - de responsabilidade, interesse pelos problemas sociais, respeito ao próximo, tolerância, flexibilidade mental, e, igualmente, o hábito de observar e refletir.

O livro está começando apenas a levá-lo em conta, mas o que se destina a níveis mais elevados de educação, principalmente. O de

ensino primário está ainda prêso a moldes rotineiros, a tipos de e -
xercícios estereotipados, sem imaginação nem ligação com os proble
mas de vida infantil ou do meio brasileiro. Sua melhor adaptação à
nova escola, à escola para os nossos dias, terá de fazer-se em rit
mo acelerado, sem o que o livro pode tornar-se um fator mais de de
senvolvimento do dogmatismo, da aceitação passiva do que se ouve ou
lê, em oposição ao espírito da sociedade democrática, que exige a
responsabilidade de todos e o desenvolvimento mais completo possí -
vel das possibilidades de cada um.

Procuraremos orientar-nos no sentido de apresentar como do
cumento básico de trabalho - para sofrer críticas e receber suges -
tões - um estudo de como atingir a essa escola mais adequada à
realidade brasileira e mais eficiente e, ainda, de como o livro po
derá concorrer para êsse resultado.

Esse objetivo nos levará a reflexões mais detidas acêrca
dos subtemas propostos, referentes ao ambiente a que a escola deve
rá atender, não no sentido de restrição ou acomodação tão somente,
mas da melhor atuação do homem no sentido de promover mudanças no
sentido desejável.

Conduzir-nos-á à conceituação do meio no espaço e no tempo
e a uma fundamentação ecológica, como base das reflexões e conclusões
que buscamos.

Procuraremos, entretanto, passar o mais rapidamente possível
sobre as considerações básicas necessárias à posição do problema de
adequação do livro à escola brasileira, para chegar às implicações prá
ticas.

1. Conceito de meio

O homem vive em interrelação com tudo o que o cerca, sujei
to à sua influência e, por outro lado, podendo, dentro de cer
tos limites, modificar o meio.

Esto envolve desde condições físicas - como a luz, a
temperatura, a pressão atmosférica, a vida animal e vegetal -
até as criadas pelo próprio homem e que incluem elementos tão
variados como as invenções tecnológicas mais apuradas, as mani
festações artísticas, as aspirações e os preconceitos do grupo,
aceitos por todos ou em conflito.

Vive o homem num cenário natural, estudado pela Geogra-

fia , e no cenário sócio-cultural. Estudos modernos de Kurt Lewin (Resolving Social Conflicts) ampliam, ainda mais, esse conceito de meio em que vive o homem e ao qual está sujeito, com o campo da Ecologia Psicológica, que estuda os fenômenos que ocorrem no indivíduo, atingindo-lhe a estabilidade emocional quando mudam os padrões de conduta social, exigindo um esforço, que precisa ser auxiliado pela obra educacional, para que se mantenha, na mudança, o equilíbrio individual.

As condições físicas da região habitada por um grupo de pessoas, os recursos naturais - real ou potencialmente à sua disposição - as condições geográficas (clima, vegetação etc) a que terá o homem de adaptar-se constituem uma parte importante do seu meio - o seu habitat, que os especialistas em estudos sociais estudam, em suas relações com a vida humana.

Aspecto não menos importante do meio é o que se denomina cultura e que compreende, desde os objetos materiais produzidos pelo homem aos produtos da técnica mais avançada e, mais, as orientações sociais em geral, os fatores que condicionam a conduta do grupo, os pontos de vista e fins por êle aceitos.

O conjunto de tôdas essas condições e influências externas que afetam a vida e o desenvolvimento do homem constituem o ambiente.

2. Relações entre o homem e o meio

Homem e meio estão em perene interação, influenciando-se mutuamente.

Ao entrar em relação com o meio, o homem já o faz sob a influência prévia da atuação de fatores externos sobre suas condições nativas (1).

O meio não se apresenta ao homem tal como é, mas como as condições do homem o levam a vê-lo, através de um intermediário que é a cultura.

Assim, numa sociedade primitiva os prenúncios de tempestade assumirão significado ligado à cólera dos deuses; entre civilizados terá sentido diferente.

(1) Mesmo o que em Psicologia se entende como ambiente intra-uterino já representa atuação de fatores externos ao ser que se forma.

Homem, cultura e ambiente não são entidades estáveis. Modificam-se através dos tempos, e essas mudanças, no momento atual, se estão operando em processo de aceleração progressiva.

Isso ocorre principalmente com relação ao maior domínio do homem sobre o mundo físico, em vista do progresso das condições culturais e tendo como base o desenvolvimento da Ciência e a Técnica.

O ambiente varia no espaço - nas várias regiões geográficas, com as diversas culturas, como resultado de cataclismos, de transformações naturais, ou resultantes da capacidade e do esforço humanos.

Varia, igualmente, no tempo. O mundo medieval cristão valorizava a obediência e a resignação; baseava-se numa determinada organização de classes; envolvia forte motivação baseada na crença na vida transcendental; não favorecia a mudança de "status" social. A êle correspondiam formas de relações econômicas bem determinadas.

A ciência, a tecnologia, o desenvolvimento da indústria e do comércio, o do pensamento baseado na experimentação, a difusão das idéias democráticas transformaram êsse estado de coisas. O ambiente em que vivemos hoje, fortemente afetado por êsses fatores, é muito outro e exige um novo homem, e novas condições para a formação e o aperfeiçoamento dêste - uma nova educação, portanto.

Êsse ambiente, nos tempos contemporâneos, entretanto, também não é uniforme: varia com as condições geográficas básicas e refletindo a capacidade do homem de aproveitar e melhorar essas condições. Essa atuação do homem - no sentido de favorecer a vida humana - é reflexo da cultura que seu grupo pôde desenvolver, e que permite compreender e atuar - influenciando até certo ponto - sobre as condições do cenário natural, no sentido de libertar-se das condições negativas do habitat. Nesse processo influem, predominantemente, os novos recursos da engenharia, da saúde, da agricultura racional e mecanizada, o desenvolvimento da indústria - em última análise, a técnica e a ciência - e a organização social, especialmente a divisão de trabalho e a especialização, o desenvolvimento das comunicações e do comércio, que determinam que cada homem não mais precise resolver pessoalmente os problemas que o meio que o circundante apresenta.

Esse progresso, essa melhoria das condições da vida, dependem, para sua implantação, de fatores múltiplos, e encontra resistências ou condições de favorecimento nas instituições sociais, enraizadas nos costumes e tradições e, com frequência, em preconceitos. Envolve, muitas vezes, a necessidade de mudança de estruturas sociais básicas, retrógradas, mas de difícil transformação, justamente porque baseadas em condições históricas, em usos e costumes, e fortalecidas por pressões e interesses.

As mudanças necessárias precisam ter base nas aspirações do grupo e na cultura existente; devem conduzir-se num sentido moral, e ser cumulativas, contínuas, alicerçadas na compreensão e integração do homem, para terem resultados válidos e duradouros.

Dependendo da cultura existente, o meio passará da situação de condição restritiva à de desafio estimulante ao homem para vencê-lo e torná-lo um aliado na conquista do progresso. Basta pensarmos nos desertos que passaram - pela ação inteligente e tenaz do homem e solos aproveitados em benefício da economia dos povos. Cabe à educação favorecer a criação das atitudes necessárias para que isso possa ocorrer e a divulgação dos meios de solucionar os problemas do meio.

O livro, como veículo da cultura e fonte de dados e estímulos para seu desenvolvimento, pode ter um grande papel nesse processo, desde que assuma, dentro de um plano definido e eficaz, o papel educativo que lhe deve caber.

3. Objetivos da educação

Destina-se o processo educativo, do ponto de vista individual, a concorrer para a formação humana, à do cidadão e do futuro trabalhador.

Do ponto de vista social visa, em última análise, a concorrer para o progresso social.

A escola primária inicia todos os aspectos desse trabalho, mesmo no que respeita à formação futura do trabalhador, concorrendo para desenvolver atitudes necessárias a este trabalhador: responsabilidade, economia, cordialidade no trato, respeito à autoridade; ampliando o conhecimento dos campos em que se desenvolve o trabalho humano; levando a vencer

o preconceito contra o trabalho manual; a valorizar os profissionais em geral e os especialmente úteis ao país, no estágio de desenvolvimento em que se encontra, a fazer compreender, por exemplo, a importância da agricultura mecanizada ou racional, do desenvolvimento individual, da obtenção do produto menos oneroso e de melhor qualidade, as condições gerais do comércio internacional, a situação dos países que exportam matéria prima com relação aos industrializados etc.

A formação humana envolve valores universais, ao lado dos nacionais que seja de interesse cultivar, e, até, qualidades locais, decorrentes do tipo de vida, e de condições históricas. Será preciso que a educação o tenha em conta, na devida harmonia; valorize, por exemplo, a compreensão internacional, a solidariedade humana, a igualdade dos homens, a justiça social, o respeito aos direitos do homem e da criança, o amor à paz, como valores universais; a característica brasileira de procurar resolver os problemas pela razão e, não, pela violência (incluimos em nossa Constituição o princípio de arbitragem antes da existência da Liga das Nações).

Combaterá por outro lado a idéia de que os produtos brasileiros são inferiores; valorizar qualidades como a perseverança, a responsabilidade, o esforço, a iniciativa na resolução dos problemas do nosso país.

No que respeita à formação do cidadão, deverá promover o desenvolvimento do interesse inteligente pela família, pela melhoria da escola, do bairro, da comunidade, para chegar ao interesse pelo que ocorre ao mundo e afeta aos homens em geral, e, como parte mais importante, à do brasileiro integrado no seu país e disposto a dar sua parte e iniciativa e, não, a esperar tudo do governo. Para isso, procurará desenvolver, em situações práticas de vida, os hábitos, atitudes e ideais democráticos, a compreensão de interdependência dos povos, as atitudes de responsabilidade e cooperação, a capacidade de trabalhar em equipe etc.

A educação para o período de escolaridade obrigatória irá incluir, como vimos, uma introdução à formação do trabalhador, e esta terá igualmente aspectos universais - deveres do trabalhador, seu papel no progresso do mundo (valor do cientista, do técnico, do operário que produz as comodidades que nos cercam); aspectos que dizem respeito à situação contempo -

rânea do Brasil - os problemas atuais, empreendimentos que estão concorrendo para sua solução, esforços que ainda se exigem, o tipos de trabalho novos que o brasileiro irá desempenhar e a importância d'istos para o progresso do país; enfim, os problemas da região ou do local.

Na abordagem d'esses problemas junto à infância dar-se-á ênfase aos aspectos positivos, procurando levar à atitude de responsabilidade e à crença no valor do esforço e da iniciativa do homem, individualmente ou em grupo.

4. Currículos, programas e recursos de ensino

Precisará, pois, a obra educativa levar em conta, além dos valores universais e humanos, os nacionais e locais, já que visa à integração do homem ao meio físico e à sociedade, no espaço e no tempo. Sociedades são conjuntos de indivíduos organizados, que se concebem como um grupo distinto, isto é, como membros de uma unidade social. Tais pessoas precisam ter em comum certos sentimentos e lealdades, que os levem, em certas situações, a considerar em primeiro lugar o bem do grupo.

A educação tem de contribuir eficazmente para essa associação íntima entre os homens, para a formação de uma sociedade real, porque alicerçada em sentimentos de identificação, em termos não de conformismo indiferente, mas de aceitação consciente e responsável de um núcleo de ideais e de idéias básicas, ao lado das diversificações necessárias e desejáveis correspondentes aos diferentes meios.

E isso a Escola Primária procurará atingir levando a criança a observar o próprio ambiente, a refletir sobre ele a fim de, paulatinamente, compreendê-lo melhor e apreciá-lo. Em seguida vai além: incentiva a criança a, ela própria, participar em pequenos trabalhos, dentro das possibilidades infantis, que visem a contribuir para a solução de problemas da comunidade. A criança percebe que pode, e deve, ser útil e que sua colaboração será tanto mais benéfica quanto melhor esclarecida, à medida em que mais aprende. O estudo que faz tem, então, um conteúdo prático e um objetivo cuja importância e urgência a criança compreende. A ciência, por exemplo, é apreciada de modo adequado porque vai ajudar a melhorar as condições de vida da comunidade; o homem - realizador das descobertas e invenções científicas - é, igualmente, valorizado. Esse sentimento de identificação e de amor ao local e à comunidade se aprofunda com o conhecimento da história local e do país, do cancionero, do folclore, da literatura, e se vai, pouco a pouco, ampliando, para chegar ao país e seus elementos de integração. A educação visa, ainda, ao preparo do indivíduo para a participação nos bens da cultura de sua época, para que se enriqueça espiritualmente e se possa tornar um fator de progresso. A cultura envolve ideais, idéias, arte, técnica, métodos de pensar e agir, instituições sociais. Compreende maneiras de viver, formas de recreação, de organização da família, as coisas que o homem aprendeu a fazer, a valorizar, a gozar, em que veio a crescer através de sua formação histórica e que variam, naturalmente, de

sociedade para sociedade e nas diferentes épocas.

Em cada cultura há aspectos por todos aceites - como as normas gerais de vida, abrangendo tipos de vestuário, alimentação etc., os chamados universais. Há, também, aspectos especiais de um grupo - assim os conhecimentos e técnicas específicos dos que se dedicam a uma profissão, ou certos ideais daqueles que formam um grupo econômico-social. A classe média, ou os grupos economicamente mais favorecidos têm, por exemplo, certas crenças básicas e pontos de vista diferentes dos das demais - as especialidades.

Existem ainda setores em que soluções alternativas são aceites pela sociedade - por exemplo, diferentes tipos de medicina - homeopata e alopata - ou de religião ou, ainda, de soluções para certos problemas.

Os elementos aceites em comum representam a parte que garante a estabilidade social necessária para que se possa alcançar progresso.

As alternativas são, em certos casos, elementos que devem ser conservados e valorizados. Já em outros casos, a escolha de determinadas soluções, em detrimento de outras, favorecerá o progresso: assim a de técnicas agrícolas racionais, em vez das empíricas ainda adotadas.

O mesmo ocorre com os traços especiais de grupos: alguns devem ser combatidos porque representam fonte de privilégios contrários ao bem geral, outros preservados como os conhecimentos relativos às várias profissões, que devem ser incluídos, não na educação de todos, mas para o grupo especial que delas precisará.

Cabe à educação trabalhar para a estabilidade e para o progresso social e essas duas funções, à primeira vista conflitantes, na realidade se completam.

Progresso é um tipo de mudança, e não seria possível pretender transformar, de uma só vez, a sociedade em todos os seus aspectos. Alguma coisa terá de manter-se firme para que se conserve a ordem e se assegure o equilíbrio essencial ao esforço por mudar os aspectos reputados não desejáveis.

Cabe à educação, como força propulsora do aperfeiçoamento humano, favorecer o desenvolvimento de ideais, crenças, esperanças, de atitudes e conhecimentos que concorram para a integração do homem ao seu meio. E integração não se confunde com aceitação passiva - envolve compreensão, desejo e capacidade de participar concorrendo para o progresso social.

Os currículos escolares - como soma de atividades previstas para levar a êsse objetivo geral - terão de levar em conta as necessidades de integração, que supõem o desenvolvimento de amor esclarecido ao país, à comunidade local, a conseqüente atitude de interêsse pelo bem comum, a capacidade de exercer essa participação com iniciativa, reflexão, unindo esforços.

Para o desenvolvimento da necessária unidade nacional e do espírito local, torna-se imprescindível a inclusão no currículo, em proporções devidamente equilibradas, do estudo da Língua Pátria, do conhecimento da literatura nacional e local, da História e da Geografia - dos Estudos Sociais, em geral - da música, de danças típicas, do folclore, de arte em geral. Esta última concorrerá, ainda, para o emprêgo inteligente das horas de lazer e o desenvolvimento do equilíbrio emocional, do amor esclarecido às nossas cousas, tão importantes do ponto de vista de uma evolução social segura e progressista. A essas áreas se acrescentarão, na escola primária, os elementos de Matemática essenciais à vida moderna, em situações problemáticas ligadas à vida local ou mesmo nacional e internacional (problemas de comércio e câmbio, partindo de dados reais) e a Ciência e os recursos da técnica necessários a todos na vida moderna e, em particular, a cada local (defesa contra tipos de doenças locais, noções de Agricultura e desenvolvimento de uma atitude esclarecida em relação às práticas mais racionais, nas zonas agrícolas).

Os programas - roteiros flexíveis para orientação do trabalho do professor - detalharão êsses objetivos gerais do currículo e deverão, com a melhoria da formação e do aperfeiçoamento do professor, vir, mais e mais, a concentrar-se em objetivos - apresentados com a necessária precisão - em sugestões de atividades alternativas para realizá-los, dentro dos diferentes ritmos e capacidades das crianças, e, ainda, em recursos de ensino que melhor se adaptem a cada tipo de objetivo previsto.

5. De que maneira o livro poderá contribuir para êsses objetivos da escola brasileira?

a) Papel do livro no programa de reforma da escola.

O livro não poderá seguir caminho aparte dos planos de educação do país. Será um elemento propulsor da renovação desejada, e quem sabe o mais valioso (quando desenvolvermos o hábito de ler, no aluno e no professor), ou poderá ser um fator de entrave, se fôr rotineiro, sem imaginação, pouco atraente. Não nos referimos à atração por meio de elementos externos ao texto, embora êstes sejam, sem dúvida, importantes, mas à concepção geral do livro, à sua integração aos problemas da educação e aos objetivos do país. Isso envolve liberdade, flexibilidade, mas dentro de linhas gerais - muito gerais - a que a competência e a criatividade, a experiência de cada grupo de educadores que trabalha junto às nossas editôras darão corpo e vigor.

Aos órgãos governamentais - federais, estaduais e locais - caberá sempre, por maior que seja o incentivo à iniciativa particular no mercado de livros, o preparo de certos tipos de publicação como programas e guias de ensino. Tais publicações constituirão fonte de sugestões de grande riqueza para a empresa particular e deverão levar em conta os valores universais, nacionais e regionais.

Exemplo de publicação dêsse tipo é o volume "Estudos Sociais na Escola Primária", edição do INEP, em que se procura desenvolver os valores formativos do ensino nessa área do currículo.

b) O livro para o professor

Nas publicações visando o professor em sua formação ou a perfeição - sejam elas oficiais ou de iniciativa privada ter-se-á em conta êsses problemas de integração aos vários meios a que pertence a criança, desde o local até o universal.

No que respeita ao ensino de Linguagem, por exemplo, ao orientar o ensino da leitura, a escolha dos motivos para dramatização, o preparo de programas da TV de classe ou do jornal (mural ou não) não se descuidará dos temas da comunidade, do Estado, da região, da cultura nacional.

Não seria possível pretender preencher todos os objetivos citados para a obra da educação, por meio de livros ou materiais de ensino - alguns deles devem ser atendidos pelo próprio professor. Assim, o conhecimento e o interesse pelas formas de trabalho local, ou por certos aspectos da comunidade, serão assegurados por meio de excursões, visitas e entrevistas, realizadas pela criança e pelo professor. O livro atuará, nesses casos, principalmente sobre o professor, esclarecendo-o sobre a técnica de entrevistar, de organizar excursões ou obter recursos para estudo da localidade ou, até, bibliografia ou recursos de estudo relativos à cultura local: história, folclore, problemas do ambiente próximo da criança e meios de integrá-la a este ambiente, como elemento atuante, na medida de suas possibilidades.

Os Estudos Sociais, em particular, favorecerão essa integração, que, não esqueçamos, terá de ser local, nacional e universal em proporções que resultem na formação harmônica do homem brasileiro, respeitados os valores humanos universais e os legítimos direitos dos outros povos e nações.

Os livros para o professor terão presentes êsses vários aspectos e serão claros, ricos de sugestões, chegando à orientação prática - note-se - chegando e, não, limitando-se a ela. Ajudarão a desenvolver o hábito de refletir, de ter em vista os objetivos gerais e, depois, mais e mais particularizados e, não concorrerão para que siga passivamente as técnicas em moda valorizadas tão somente por serem as mais recentes.

O professor terá de ser preparado - e o livro ajudará êsse preparo - para compreender o uso adequado de cada recurso de ensino: o estudo da localidade próxima será feito ao vivo; se ela é mais remota, o uso de audiovisuais e livros substituem a experiência real.

Os livros para o professor deverão partir da consideração dos problemas brasileiros ligados à educação, a fim de que possam concorrer para resolvê-los adequadamente.

Assim, o professor compreenderá que o êxodo rural entre os jovens é favorecido pela falta de inclusão de arte e recreação, no currículo da escola de todos os graus, e de iniciativas junto aos adultos no sentido de que empreguem bem as horas de lazer - por exemplo, clubes de amigos da comunidade, com debates, teatro, orfeão, atividades estas comuns em países europeus como

a Suíça. Percebe o valor do mutirão, que resolve problemas comunitários, e o experimenta na solução de problemas da turma. Devem ser levados em conta, na preparação e na seleção de livros para o professor;

- a necessidade de apresentação da matéria dos fundamentos aos aspectos práticos, de maneira equilibrada e em torno de problemas reais - do Brasil, do ensino, da criança;
- o valor de integração, isto é, ligação das matérias em todos significativos - Estudos Sociais, ou éstes e Ciências - e com os problemas do mundo atual, do país, da região.

O professor é também parte do ambiente da criança (ambiente no sentido em que o emprega Dewey em seu livro "Experiência e Educação" - como tôdas as condições externas que influem na aprendizagem); por outro lado, é um aprendiz, quando pretendemos prepará-lo ou aperfeiçoá-lo. O livro deverá, pois, partir de suas condições, para que possa ser por êle assimilado: um livro para professor leigo não pode ser idêntico ao preparado para um professor devidamente capacitado.

Temos hoje o professor em uma situação X, resultante de nossa política educacional e dos recursos das escolas de formação do magistério. Amanhã, melhoradas tais condições, teremos outro professor, para o qual os livros terão de ser diferentes. Atualmente os professores, exceto os especialmente interessados, pouco lêem. Se nosso programa atingir as escolas de formação de magistério, se preparar os livros adequados à reforma de que necessitam, para o professorando e para o professor de curso normal; se incentivarmos nessas escolas novos recursos de ensino - especialmente a pesquisa bibliográfica e o estudo em torno de problemas reais teremos amanhã um novo professor que constituirá um novo ambiente para a criança e que exigirá livros melhores, mais integrados aos problemas do país do que o atual.

Tudo isso exigirá planejamento do que haverá a fazer, em face de uma análise do que já existe e satisfaz no momento, e tendo em vista as reformas a que nos propusermos.

c) Preparo do professor para uso do livro

O preparo do professor em exercício para uso do livro, em particular do que se destinava seu próprio aperfeiçoamento e ao aluno, e, ainda, para que os seleccione adequadamente terá de ser objeto de esforço, já durante sua formação, já por tôda a sua vida profissional - por meio de reuniões, cursos, seminários -

rios, programas de TV etc., tendo sempre em vista levá-lo a considerar o meio em que vive a criança: sua época, as condições de sua vida em família, na localidade, no Estado, no país, no mundo, e a que terá de integrar-se, o que supõe participação pela compreensão e ação responsável, dentro das próprias possibilidades.

d) O livro do aluno

O livro do aluno constitui material necessário ao trabalho do professor. Deverá ser preparado de modo a permitir que tal trabalho e, conseqüentemente, o processo educativo, se processe da maneira mais adequada e, até, para facilitá-lo, incentivando e facilitando a pesquisa, ou o estudo em casa sem maior ajuda, desenvolvendo o gosto por ler, e habilidades de leitura e de estudo. Isso supõe planejamento cuidadoso do programa de preparo de livros para o aluno, em geral, e de cada livro em particular, graças à fixação clara dos objetivos que devem ser atendidos em cada caso.

Na área de livros que sirvam ao estudo e à pesquisa do aluno, será de grande importância a inclusão de problemas brasileiros e regionais e de tipos de comunidades, tratados ao alcance da criança. Em alguns casos, livros especiais para cada Estado - assim, sobre sua História, serão úteis. Já outros, como os de folclore, por exemplo, poderão ser organizados visando ao Brasil, à região ou ao Estado.

Novas antologias de bons autores serão desejáveis para leitura dos alunos das últimas séries.

Para as demais, deve ser incentivado o uso de livros de literatura infantil, que irão restabelecer a leitura oral em seu papel de leitura para um auditório (a turma) que, evidentemente deverá ouvir-e, não, acompanhar no livro; contribuir para desenvolver o gosto pela leitura e incentivar o interesse da criança pelo material escrito, como não o pode fazer o clássico livro de leitura. O livro de literatura infantil é superior ao chamado "livro de leitura" por várias razões: êste torna-se conhecido assim que é adquirido pela criança, é escrito em geral por um educador, com a preocupação de veicular conhecimentos e cuja maneira de escrever raramente se pode comparar a de um bom escritor para crianças. O uso mais intenso de livros de literatura infantil nas escolas concorrerá a desenvolver o gosto literário, a alargar os horizontes da criança - que não terá em classe 40 livros iguais, mas 40 oportu

nidades diferentes de ler sobre o seu meio próximo, a vida brasileira, a de outros países, e sobre ficção, inclusive científica. Tornará a escola mais viva e atraente.

Seria de interesse que nossos escritores para a infância e professores com gosto literário fossem conquistados para certos assuntos cuja carência se faz notar, a fim de que preenchem algumas lacunas básicas - por exemplo, relativas à vida nas várias regiões e tipos de comunidade, através de histórias de crianças, de maneira natural, sem se sentir a preocupação de levar à aquisição de conhecimentos, mas com o objetivo de alargar os horizontes humanos.

Seria interessante assegurar aos que escrevem para crianças - livremente ou dentro desse plano - estudos básicos sobre interesses infantis, alguns pontos importantes a valorizar (combate a preconceitos, por exemplo) ou atitudes a evitar (ironia, dúvida sobre o valor do esforço humano etc) impróprios para a idade.

Livros de leitura seguidos de exercícios não são desejáveis, senão em casos raros, nas últimas séries, envolvendo atividades de criação. Oferecem perigos para o desenvolvimento do gosto pela leitura, a criação de situações em que se associa esta a trabalho rotineiro, desligado das condições de cada turma e do desenvolvimento do processo de aprendizagem, que só o professor conhece. Alguns materiais com exercícios podem, porém, ser úteis, bem como livros de estudo - especialmente de Estudos Sociais e Ciências - propondo atividades que possam ser realizadas na escola, ou, em especial, em casa.

Além das Antologias literárias, a que já nos referimos, seriam de valor livros com trechos sobre a vida nas várias regiões e sobre problemas regionais ou nacionais - de saúde, comunicação, abastecimento e tantos outros, e até, de outros povos que revelaram iniciativa, esforço e eficácia na resolução de problemas semelhantes aos nossos - uma espécie de pequenas Brasileiras, que poderiam envolver também as conquistas da Ciência e da técnica aplicadas às soluções dos problemas nacionais e ajudariam a integração da criança aos vários grupos sociais a que pertence.

Em tais publicações procurar-se-ia levar o aluno a uma visão mais real do Brasil, evitando-se, por isso, a ênfase em aspectos pitorescos - que levam à idéia que cada goiano é um

garimpeiro, ou a pensar no Nordeste como se todos aí se comportassem como vaqueiros.

O livro para o 1º ano deve ser objeto de cuidado especial, especialmente tendo em conta que se terá de basear no vocabulário e na experiência da criança, e estes são ainda restritos. Seriam preferíveis livros e materiais para orientação do professor do que livros para a criança, enquanto esta não sabe ler. É claro, porém, que se o professor só sabe ensinar por cartilhas, estas devem ser usadas enquanto a situação não mudar; do contrário, teremos agravado o problema desse ano escolar. Devem, porém, ser definitivamente afastadas - as que se baseiam na aprendizagem do nome da letra, o que produz interferências, perturbando o processo de aprendizagem de ler de maneira por vezes irremediável, nas condições de nossa escola atual.

Muito deverá, porém, ser melhorado nesse setor, partindo de idéia de que, desde que haja material e recursos auxiliares, a criança não precisa ser iniciada em um som de cada vez, o que evitará as lamentáveis leituras sobre a vovó que viu a uva, ou o viúvo que viu a ave, de que a personagem de Gustavo Corção só veio a perceber o sentido quando, tendo enfiado, viu um pássaro cruzar o céu. Livros para o período de consolidação de leitura (fim de 1º ano e 2º ano) são altamente necessários, com a simplicidade necessária, a par da vida em geral. Deverão atender aos interesses das crianças por histórias da vida comum, de animais, de tipo fantástico ou cômicas, com vocabulário e estrutura de sentenças gradualmente enriquecidos. Não se pretenderá, neste caso, veicular conhecimentos fixados nos programas, mas enriquecer as experiências de vida da criança.

Serão úteis livros que facilitem a seleção, pelo professor, de material para desenvolver as várias habilidades de leitura, com trechos selecionados para leitura oral ou para estudo da gramática funcional, muito embora seja altamente desejável que o professor a eles acrescente o seu material, de seleção pessoal, mais adaptado à turma. Tais livros podem dirigir-se ao aluno ou ao professor.

Crianças de diferentes ambientes precisarão, nos primeiros anos escolares, em particular, de livros e de oportunidades educativas desiguais: as provenientes de ambiente, desfavorecidos necessitarão de experiências mais intensas de socialização e de contato com livros de histórias e gravuras mais cedo (pelo menos no período preparatório, no 1º ano, e antes do curso promário, sempre que possível), pois não os têm no lar.

e) Constituição de bibliotecas.

As bibliotecas escolares não poderão, evidentemente, ser idênticas em todo o país. Haverá, é certo, livros básicos que buscarão desenvolver os valores universais e que poderão ser os mesmos. Terá, porém, de haver ao lado destes, variações para atender às condições regionais, estaduais etc.

O nível do professorado terá também de ser considerado nessa seleção, tendo em vista que o livro renderá o que as condições do professor determinarem. Haverá livros que o professor menos preparado afastará desde logo, outros que tentará usar, mas não conseguirá fazê-lo de maneira adequada. Nas regiões em que o magistério é predominantemente leigo, em especial, far-se-á necessário um acompanhamento do uso do livro e orientação para essa utilização, já escrita, já por assistência direta de supervisores, orientadores ou diretores, que terão de ser preparados para tal.

f) Estudos básicos necessários - A fixação mais precisa dos objetivos que se quer alcançar no campo das várias matérias, das habilidades de leitura e de estudo que se deve desenvolver, das atitudes e valores a alcançar, no plano nacional ou regional, dos conhecimentos necessários para enfrentar os problemas brasileiros e regionais a fim de que o meio não atue apenas restritivamente, mas como um desafio estimulante para vencê-lo, requerem trabalho básico de especialistas nas várias matérias do currículo e em problemas brasileiros, e êste deve ser feito por órgãos governamentais com auxílio de sociólogos, geógrafos, educadores, folcloristas etc.

g) Sugestões de novos títulos -

Como consequência desse estudo e das deficiências notadas no mercado atual, novas linhas de trabalho devem ser propostas às editoras, levando à escolha, por estas, de novos títulos e conteúdos de interesse para cobrir lacunas existentes ou melhorar as condições de setores mal atendidos. Nesse sentido, cumpre pensar especialmente no livro destinado ao ensino normal, nos novos moldes em que está sendo concebido. Nessas publicações não se perderá de vista objetivos e fundamentos, em dosagem equilibrada com os aspectos práticos.

A Escola Normal que temos falhou completamente - com raras exceções - e o livro é um dos responsáveis por êsse fracasso. O nacional não atende devidamente às necessidades de formação do professor - é teórico, erudito até, ou simples receituário, quase sempre. Os livros traduzidos o são sem maior adaptação e, por seu volume e orientação, desadaptados a quem não tem hábito de ler, poderão, no máximo, servir as capitais mais desenvolvidas. Livros sobre problemas do Brasil, das várias regiões e Estados também são necessários à formação do professor, não só quando já na fase de preparo específico para lecionar a crianças, mas para o ensino do ginásio, que deve assegurar o conteúdo básico sobre o qual se fará a formação profissional do futuro professor.

Rio, 15 de abril de 1967

Lúcia Marques Pinheiro

Lúcia Marques Pinheiro
Técnica de Educação
do INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Semana de Estudos COLTED
Rio, 2 a 6 de maio de 1967

**DISTRIBUIÇÃO ADEQUADA DO LIVRO TÉCNICO
E DO LIVRO DIDÁTICO NO PAÍS**

Comissão de Distribuição de Livros
Coordenador: General Umberto
Peregrino
Relator: Dr. Décio de Abreu

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Considerando-se que as cinco primeiras comissões se ocupam de assuntos específicos relativos a áreas técnico-pedagógicas, é opinião deste relator que o escopo de nossa comissão deve ser um pouco alargado de forma a abranger aspectos econômicos e comerciais da produção e comercialização do livro, além da área específica da distribuição.

Antes de entrar no assunto, é conveniente também distinguir as duas modalidades principais de distribuição:

- a) Distribuição não-comercial, realizada por órgãos estatais, como o Instituto Nacional do Livro, COLTED, Campanha do Material Escolar, e outros, e
- b) Distribuição comercial, feita pelas editoras e seus representantes.

Os dois sistemas devem-se complementar e procurar a medida do possível servir às localidades do interior, que hoje são as mais prejudicadas por causa da baixa densidade da população escolar e o limitado poder aquisitivo.

O objetivo básico e essencial de um perfeito sistema de distribuição de livros é criar uma disponibilidade de livros adequados em todos os pontos do território nacional onde haja uma concentração mínima de usuários. Essa disponibilidade pode ser em forma de bibliotecas públicas e escolares e/ou estoque em poder de revendedores. Em outras palavras, cada professor ou estudante deve ter à sua disposição uma série de livros, para consulta ou compra.

Assim, é preciso procurar-se um sistema que combine as duas modalidades de distribuição — a biblioteca transformando-se num incentivador e catalizador do mercado comercial, ao mesmo tempo que se tomam medidas tendentes a evitar o depauperamento das

poucas livrarias existentes no interior do país.

Aceitas as preliminares acima esboçadas, o trabalho deve ser dividido nos seguintes tópicos:

- 1 - Objetivo
- 2 - Levantamento de necessidades
- 3 - Informações bibliográficas
- 4 - Papel das bibliotecas na problemática da distribuição
- 5 - Formação de pessoal habilitado
- 6 - Fortalecimento da rede comercial

1 - OBJETIVO: Determinar e analisar as medidas necessárias para que haja em todos os pontos do território nacional livros de qualidade e em quantidade adequadas às necessidades da população local. Determinar, secundariamente, as medidas necessárias para que a produção industrial acompanhe o aumento da distribuição.

As cinco primeiras comissões cabe determinar os tipos de livros a serem distribuídos; a esta, os meios para maximizar os resultados do programa.

2 - LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES: A Colted, com o auxílio das Diretorias de Ensino do MEC, GEIL, IBGE, SNEL, INL, Secretarias Estaduais de Educação, IBBB e outras entidades, e sobretudo com o apoio do recém-criado Conselho Nacional de Cultura, deverá tentar levantar um panorama global, por estados, do "mercado" do livro: escolas urbanas e rurais, ginásios e estabelecimentos de ensino superior, com as respectivas populações escolares; bibliotecas públicas e escolares, com número de volumes; grau de instrução da população adulta — número de profissionais de nível universitário, técnicos de nível médio e operários qualificados; número de estabelecimentos comerciais que produzem ou vendem livros.

Esse conjunto de cifras, e uma certa análise qualitativa das mesmas, permitirá estimar o nível ótimo de produção e o padrão ideal da distribuição, comercial e não-comercial.

3 - INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS: Uma boa bibliografia, atualizada e completa, é essencial para o desenvolvimento do programa de livros. O Sindicato de Editores tem planos de publicação de uma bibliografia; um convênio COLTED/INL/SNEL permitiria a publicação de um mínimo de quatro números anuais.

Paralelamente a essa bibliografia, poderiam a COLTED, o INL e o Sindicato promover a publicação de um boletim mensal de livros didáticos novos, que seria maciçamente distribuído às escolas.

4 - PAPEL DAS BIBLIOTECAS: Em todos os países adiantados do mundo, a rede de bibliotecas constitui um mercado inicial e promocional para títulos novos. Uma rede nacional de bibliotecas, que absorva de mil a cinco mil exemplares de cada novo livro que se enquadre em padrões mínimos de qualidade, trará um incentivo inestimável ao enriquecimento de nossa bibliografia.

Recomendamos ao MEC examinar com o Ministério do Trabalho e Previdência Social a possibilidade de um convênio que permitisse a expansão da rede de bibliotecas com a utilização de recursos do Fundo de Salário-Educação. Os órgãos da Previdência Social poderão também colaborar com o programa, incentivando as empresas industriais, sobretudo aquelas que se localizam em cidades do interior, a instalar bibliotecas com a assistência do INL e do Centro de Bibliotecnia.

Existem outras leis incentivadoras da formação de bibliotecas municipais; uma coletânea de toda a legislação pertinente e um esforço de coordenação de todos os órgãos relacionados direta ou indiretamente com o programa poderá elevar consideravelmente o número e o padrão de nossas bibliotecas. O recém-criado Conselho Federal de Cultura pode também atribuir recursos ao Instituto Nacional do Livro para expansão de seu programa, e prestigiá-lo com seu apoio.

5 - FORMAÇÃO DE PESSOAL: O programa da COLTED prevê a criação de

41

cursos, seminários e publicação de livros destinados à formação e aperfeiçoamento de pessoal ligado à produção e distribuição de livros. Desses cursos devem participar também elementos ligados aos diversos órgãos governamentais que têm influência na produção e distribuição de livros.

A formação de algumas centenas de profissionais competentes dará à distribuição do livro uma nova dimensão, pois a quase totalidade dos que hoje trabalham nesse setor são autodidatas e com um conhecimento precário do problema nacional.

6 - FORTALECIMENTO DA REDE COMERCIAL: Além da falta de pessoal qualificado, a indústria do livro luta com falta de capital de giro, deficiência de transportes, baixo número de livrarias e deficiência de coordenação com as autoridades.

Recomenda-se que o MEC, assessorado pelo Sindicato dos Editores, estude com o Banco do Brasil a abertura de uma linha especial de crédito que financiará a expansão e ampliação ou modernização da rede de livrarias. Dado o fato de ter o Banco do Brasil agências em praticamente todas as localidades onde uma livraria poderia ser útil à comunidade, pode o Banco ser um poderoso elemento de estímulo e ao mesmo tempo fonte de informações de caráter econômico que orientarão o desenvolvimento do plano.

A deficiência de transportes poderá ser minorada com a colaboração da Força Aérea Brasileira, que pode, especialmente na época de abertura de aulas, abreviar o tempo necessário para serem atingidas as localidades mais distantes.

Recomendamos que o Departamento dos Correios e Telégrafos reexamine a atual estrutura tarifária aplicada ao livro. São exatamente as áreas mais necessitadas do apoio do Governo aquelas mais prejudicadas pelas novas tarifas postais, que em certos casos (sobretudo no do Reembolso Postal) coloca o livro inteiramente fora do alcance do comprador.

A criação de câmaras estaduais de livros (e o fortalecimento das existentes) auxiliará as autoridades a equacionar certos problemas regionais, sobretudo a coordenação com as autoridades locais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Semana de Estudos COLTED

Rio, 2 a 6 de maio de 1967

O LIVRO TÉCNICO E DIDÁTICO PARA O ENSINO DE FORMAÇÃO

Comissão do Livro de Nível Médio

Coordenador: Lafayette Belfort Garcia

Relator: Roberto Accioli

Considerados o programa e o plano de aplicação da Coltec, há a registrar inicialmente o aspecto imediato e o a médio e longo prazo.

O êxito das duas últimas condições reside na brevidade com que se há de encarar a fase inicial.

A seleção dos títulos já publicados tem de levar em conta a categoria dos autores, o método empregado, a utilização já existente, a apresentação material e a perspectiva de renovação, sem invalidar a essência do conteúdo primordial.

A consagrada responsabilidade e experiência dos editores especializados têm, naturalmente, de ser devidamente ajuizadas.

As recomendações do Conselho Federal de Educação, que contém as diretrizes para o ensino das disciplinas de grau médio, devem servir de orientação para fixar os característicos desejáveis nos livros das referidas matérias. Ajuntem-se, igualmente, as normas que, em sua esfera de ação, são cogitadas pelos Conselhos Estaduais e pelos diversos órgãos do M.E.C., das Secretarias de Educação, das Congregações Oficiais e das Associações de Educação e Ensino.

As obras de autores nacionais, tendo em vista a realidade brasileira, não de merecer a compreensiva prioridade.

Concebida a hora atual como fase atual de transição, cumpre que tenham realce as tendências novas ditadas pela necessidade de preparar os educandos para as experiências culturais da atualidade, mas desligadas dos conceitos políticos extremados e inclinações anti-democráticas, e relegados o pessimismo ou o otimismo incompatível com a verdade.

O livro didático, como é óbvio, não pode desligar-se da estrutura educativa, e se no texto a omissão não é condizente com a natureza da publicação e a amplitude excessiva pode ser prejudicial, o resumo exagerado e a noção ultrapassada deixam de satisfazer à inquietude perquiridora do adolescente.

O livro de texto como inequívoco colaborador do ensino, ameno auxiliar instrumental de trabalho, há de facilitar a aquisição de conhecimentos, sua fixação e revisão.

A inspiração pode transformar a rotina pedagógica, e o texto acessível, conduzindo aos indispensáveis comentários, explicações e debates com o professor, tem de oferecer, em síntese, os elementos que permitirão responder, de imediato, às naturais indagações a despontar ante os juízos enunciados e aspectos focalizados.

Impõe-se ao livro didático contribuir para o melhor desenvolvimento dos hábitos de estudo, procurando interessar ainda mais o estudante no que diz respeito à sua curiosidade intelectual.

A produção objetiva e experimental no tocante ao livro permite que se revelem mais caracteristicamente o labor estudantil, o esforço congregado, as atitudes logradas, as noções fundamentais adquiridas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

.....

Em

Do

Ao

Assunto

Ampliado, na época atual, o horizonte pedagógico pelo processos empregados ou esforços tentados, pelas experiências realizadas ou em via de realização, pelos métodos recomendados e pelas discussões livres e desenroltas, o livro tem que corresponder a tais circunstâncias.

O evidente interêsse do ensino é de se renovar incessantemente, remoçar, vivificar-se ao contacto dos resultados obtidos e o livro deve objetivar essa preocupação.

Estudos sintéticos, relativos às grandes questões pertinentes às disciplinas, não de ser expostos de modo claro, arejado e com uma bibliografia sumária dos assuntos cogitados. Análise sinótica das obras de importância, teses das grandes coleções, aparecidas nos diversos domínios, cumprem equilibradamente ser caracterizadas.

Textos apresentados, quer com um comentário, quer com um dosado questionário, devem constituir material de exercícios práticos. Pequenas dissertações referentes ao desenvolvimento de aspectos de utilidade imediata incumbem ser expostas.

Ilustração documentária apropriada e croquis, desenhos, fotografias acompanhadas do respectivo comentário, quando, requerer e permitir o assunto tratado.

Quadros, cartas e esquemas estatísticos de valor demonstrativo e observado, quando possível, o sincronismo desejável, ressaltados os paralelismos e contrastes, são outros tantos elementos recomendáveis.

A exposição desenvolvida há de refletir em sua estrutura o valor do assunto tratado tendo em vista a capacidade receptiva de seus leitores, levada em conta a possibilidade deles próprios poderem apurar os resultados desejados.

À necessidade de ser breve, a exigência da minúcia valiosa é disparidade que se harmoniza com a apresentação de exemplos gerais típicos, assinaladas as peculiaridades necessárias.

A maior diafaneidade possível é exigida na construção do pensamento, impondo-se estrito encadeamento lógico dos argumentos, evitadas as divagações.

Síntese sucinta dos prós e contras e manifestação concludente quanto ao assunto explanado torna-se mister.

O estilo pode e deve contribuir para criar psicologicamente um laço entre o que escreve e os que o lêem, utilizada linguagem animada, viva e concisa.

O colorido próprio de uma cultura deve refletir igualmente em suas imagens e idioma e, admitidas expressões técnicas e artísticas aos fenômenos mais ou menos análogos. Na adequada escolha da palavra apropriada, é onde se deve fazer sentir o autor didático. Os excessos caracterizados pelo abuso dos superlativos e as falhas na utilização de expressões banais constituem defeitos, que cabem ser postos à margem.

A ponderação, a meditação do juízo, implica na necessidade do pensamento válido anterior, ao emprêgo de um epíteto de louvor ou censura.

Falando ao coração dos alunos de modo que lhes inspirem o respeito e admiração pelos bons, e lhes tirem até a idéia de louvarem e imitarem os maus, a exposição deve se fazer sentir com a crítica e a imparcialidade impressindíveis.

Elemento básico do ensino, o professor recomenda-se como autor, atento o seu principal propósito que é o de ensinar a aprender e a criar, e assim, como homem de pensamento, orientar o estudante na formação de um conceito próprio elevado e o quanto possível original, do mundo e da vida.

Saber, experiência profissional, e a personalidade são aspectos fundamentais do mestre - agente de civilização, como expressa Murray Butler.

o livro didático não deve obedecer a um planejamento rígido levando o professor a padronizar as técnicas de aula, a natureza e a sequência dos assuntos, bem como o modo de abordar alguns deles.

Ele deve ser planejado e executado com espírito renovador, sem ser radicalmente revolucionário, afim de que a mensagem nele contida possa ser aceita e compreendida pela maioria dos professôres.

A simples tradução de obras estrangeiras não nos parece recomendável que seja promovida, pois resultaram elas de condições peculiares, diversas das existentes no ambiente brasileiro, e o espírito renovador que existe em nosso professorado mostra que obras didáticas de grande valor continuarão a ser criadas, se não surgirem iniciativas esterilizantes.

Deve ser eliminado tudo quanto diga respeito a estimular a simples memorização, porquanto, a tarefa de recolher os conhecimentos, cabe aos alunos, aconselhados em circunstâncias especiais pelos professores.

Nesse aspecto cabe recordar o fundamento de Shotwell: "o papel da memória está agora diminuído. Confiamos-lo aos livros e com eles colocamos nossa memória nas estantes".

Os livros de referência não de obedecer a um critério de classificação e de preferência em língua portuguesa, adstritas as traduções de obras estrangeiras, áquelas vinculadas com o Brasil e os problemas brasileiros.

Quanto aos professôres, as coleções fundamentais e as obras especializadas de relêvo não de ser facilitadas.

Atualizado deve ser o elenco bibliográfico escolar: num rápido e simples levantamento, de 1930 até 1964, que foi por nós realizado, a pedido de estudantes do Colégio Pedro II, encontramos 183 títulos a respeito de compêndios de história.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

.....

Em

Do

Ao

Assunto

Impende haver perspectiva universal, podemos assim, dizer do mundo brasileiro, sem o isolamento pernicioso, mas tornando o Brasil o centro de nossa preocupação. Dessarte, Delgado de Carvalho as sinala: "A atual liberdade de todos os estabelecimentos de ensino, do Cabo Norte ao Rio Chui, de traçar os seus programas de história parece um tanto comprometedor para um conhecimento histórico em termos de cultura nacional".

Na feitura dos textos há de prevalecer o princípio de que é útil a todos os estudantes compreender o mundo no qual vão viver, por êle se interessando e preparados para nele agir, lembrada a importância dos estudos desenvolvidos.

O principal mérito da História é o de ser um incomparável instrumento de cultura intelectual.

E a cultura geral auxilia o estudante a perceber o mundo em geral e a nele viver. O mundo que se busca entender é complexo. As matemáticas conduzem o discípulo ao mundo das formas e dos movimentos. As ciências físicas e biológicas fazem-no compreender a natureza material. A história exhibir-lhe-á o mundo social fazendo-o conhecer a sociedade em que êle há de viver, tornando-o capaz de tomar parte na vida social.

Os demais estudos conduzem-no a poder apropriar-se de elementos necessários para ampliação de seus conhecimentos. O desenvolvimento dos textos tem de se processar de tal modo, que ao discípulo seja preservado de conduzir um saber informe, senão que se incorpora um elemento formador que o capacite para tomar uma posição independente em relação aos fenômenos do presente.

O texto há de, relegado o dogmatismo pedante, permitir ao discípulo o exercício da crítica para maior fidelidade ao mesmo e assim habituar-se a não acreditar sem exame, a aguardar de onde provem uma referência, afim de adquirir a aptidão para poder duvidar, isto é, o rudimento da dúvida metódica, e assim, a conceituação de Charlety: "a recompensa de longos esforços é muitas vezes concluir pela dúvida consoladora", humildade dos fortes e capazes intelectualmente.

Como salientou determinado escritor "o primeiro livro tinha mãos e pés: êle sabia falar e cantar. Enfim era um livro vivo, o homem".

No transcurso dos tempos, o aprimoramento que se processa maxime no referente à obra didática tem de propiciar a condição de vida que o desenvolvimento cultural espera e exige.

DOCUMENTO BÁSICO

Por TÍTULO NOVO entende-se o livro a ser lançado em circulação, pela primeira vez. O NOVO, adjetivando TÍTULO está reduzido, na conceituação, a primeira vez. O livro a ser lançado diz bem da característica de que se quer revestir. Está pensado. Está cogitado. Está pronto para ser editado.

A indústria da escrita em forma não é só tarefa artística. É também científica, na medida em que o autor espera, por procedimentos cabíveis, atingir o mercado e transferir seus conhecimentos ordenados.

Na política do LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO verifica-se a necessidade de observância de alguns preceitos, sobre tudo considerando-se que as "ciências a ensinar" já tiveram versajadores mais ou menos didáticos em épocas passadas. A apresentação dos textos, a disposição gráfica, a maior durabilidade dos livros, enfim critérios e preceitos que não podem ser esquecidos - pela indústria do livro.

O livro didático deve estar de acordo com o currículo escolar. O livro técnico deve visar o adiestramento humano para a atividade produtiva. Os dois precisam possuir uma certa dose bem prudente quanto profunda, de formação de um CAPITAL HUMANO só conseguido pela educação.

Às perguntas de autores e editores se devem ou não lançar obras em circulação e a certeza da receptividade do investimento tem sido de tal porte a implicar numa solução que seja a sumula de tudo o que pudermos fazer como disciplina e incentivo.

A educação e a cultura não se fazem sem o livro! Como veículo de comunicação vale tanto para uma era de auto-educação, quanto de hetero-educação.

Vale indagar que mecanismo seria necessário para verificar se os TÍTULOS NOVOS estão de acordo com a orientação a ser traçada. E, na medida das possibilidades, definir essa orientação. No nosso entender a tarefa deve ser iniciada pela consagração de alguns princípios, em caráter experimental, que revelem esse esforço de fixação de diretrizes.

DIRETRIZES GERAIS

À COLTED caberá sistematizar a elaboração de livros didáticos e técnicos, oferecendo diretrizes para um planejamento racional e subsídios que sirvam de normas para todos os autores - de livros técnicos e didáticos.

A PRIMEIRA SEMANA DE ESTUDOS DA COLTED,

CONSIDERANDO:

1. que cabe à COLTED, com auxílio das Diretrizes do

Ensino do Ministério da Educação e Cultura, das Secretarias Estaduais de Educação, levantar o panorama global, por Estados, dos livros que existem em circulação;

2. que as obras de autores nacionais, tendo em vista a realidade brasileira, não de merecer a compreensiva prioridade;

3. que, em parte, a inexistência de bons textos brasileiros deve-se a falta de estímulo aos professores para colocar em forma de livro sua experiência de ensino;

4. que a indústria do livro é a indústria do conhecimento;

5. que as escolas de formação de professores de nível elementar se ressentem de livros adequados ao seu fim;

6. que o livro didático, sobretudo o primário, constitui, no Brasil, não apenas um problema pedagógico ou cultural, mas também um problema econômico e social;

7. que qualquer plano de ação que objetive melhoria do padrão profissional do magistério primário terá de considerar com seriedade o problema do livro;

8. que a aprendizagem deve ser encarada como um processo de reconstrução contínua de experiências;

9. que o livro didático, não podendo desligar-se da estrutura educativa e fator ponderável na acessibilidade aos grupos menos favorecidos;

RECOMENDA

1. que os livros que a COLTEED venha a editar, como instrumentos de inovação, para os níveis elementar e médio, sejam acompanhados de orientação metodológica destinada ao Professor;

2. que os livros destinados a escolas de formação de professores de nível elementar contemham objetivos e fundamentos específicos da escola primária.

3. que o LIVRO DIDÁTICO precisa ajustar-se não só aos interesses e necessidades educacionais da criança brasileira, como as condições sócio-econômicas do nosso país.

4. que parte dos recursos da COLTEED sejam destinados à constituição e suporte de equipes de pesquisas para renovar as técnicas do ensino, atualizar o conteúdo e ajustá-lo a realidade brasileira. Os resultados dessas pesquisas deverão constituir-se em subsídios para a elaboração de novos títulos, que conjuguem o crescimento intelectual com o crescimento emocional e físico do educando.

5. que é necessário o enquadramento da indústria editorial brasileira entre as atividades industriais que obtêm financiamento de Bancos Oficiais;

6. que o custo do livro seja minimizado, sem perda qualitativa de conteúdo ou de material, para que a produção possa ser contínua, com soluções que permitam - sempre que possível - saída para as grandes tiragens, pois há um mercado em contínua expansão, isto é, o homem em formação.

7. o aproveitamento do passado de louváveis experiências acumuladas pela Campanha Nacional do Material Escolar como elemento coadjuvante por excelência da COLTEED;

8. os critérios que se seguem, para apresentação e aceitação de NOVOS TÍTULOS;

A - Critérios para apresentação e publicação de novos títulos.

A.1 quanto ao encaminhamento dos originais à COLTEED:

Ao encaminhar os originais ou projetos editoriais o autor ou editor deverão preencher um formulário esclarecedor do seguinte:

A.1.1 - para que nível se destina o livro (primário, médio ou superior);

A.1.2 - se o texto se ajusta aos objetivos da educação primária, média ou superior, da comunidade ou região. Em caso contrário, justificar.

A.1.3 - indicar em que pontos do texto do livro encontram-se inovações de ordem científica, técnica ou didática. Justificar as inovações introduzidas.

A.2 - Quanto à aceitação dos originais ou projetos editoriais pela COLTEED:

Após receber os originais ou projetos editoriais a COLTED providenciará como se segue:

A.2.1 - entregará os originais a uma comissão constituída de professores especialistas na matéria, da qual não participará o autor da obra, e que terá como atribuição concluir a:

1. se o conteúdo traz informação básica sobre a matéria;

2. se o texto introduz inovações importantes no ensino e na aprendizagem;

3. se o conteúdo e o método refletem as diretrizes - mais modernas quanto a conteúdo e método;

4. se o livro traz melhor que o especialista sabe sobre o assunto; se o conteúdo está em dia; se é objetivo;

5. se o texto reflete o melhor que o especialista sabe sobre como as crianças aprendem; se, por exemplo, dá margem à descoberta, se contribui para generalizações com exemplos concretos;

6. se complementa o trabalho do professor, favorecendo a reflexão criadora; se há continuidade e correlação;

7. se o texto dá ao aluno a oportunidade de aplicar seu conhecimento na solução de problemas;

8. se o texto oferece oportunidade de aprendizagem - para alunos com aptidões e interesses diferentes;

9. se o texto e as ilustrações são integrados para desenvolver conceitos e para combinar comunicação verbal e visual - numa forma de comunicação que tenha as vantagens de ambas;

10. se há isenção de preconceitos.

B. Publicação de NOVOS TÍTULOS

Se o relatório da Comissão instituída, para cada original apresentado, for favorável, a COLTED providenciará a edição do novo título, observadas as características essenciais seguintes:

B.1 para a impressão e distribuição de NOVOS TÍTULOS a COLTED

B.1.1 de não existir, em circulação, edições sobre a disciplina ou a matéria, incluída esta ou não, nos currículos mínimos estabelecidos pelos Conselhos de Educação;

B.1.2 existir em circulação edições sobre a disciplina ou a matéria, porém ser o relatório da Comissão de exames dos originais, pela adequação da obra quanto aos aspectos didáticos e inovações de caráter técnico-científico.

DOCUMENTO BÁSICO

CONSIDERANDO

- que a COLTED deverá atuar no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento da educação primária brasileira
- que êsse aperfeiçoamento supõe atenção diversificada às condições dos diferentes ambientes
- que, como educadores, cumpre-nos - aceitando embora os aspectos restritivos do meio, tal como se apresenta no momento - concorrer para que o homem brasileiro venha a ultrapassar tais condições, resolvendo os problemas atuais e concorrendo para o progresso do país
- e considerando, ainda,
- que se fazem necessários planos claros e precisos de reforma da escola, envolvendo os objetivos a visar, as etapas a percorrer e os recursos para atingí-las, nos quais o papel propulsor do livro seja devidamente considerado,

A COMISSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO RECOMENDA:

- que seja dada a máxima divulgação ao programa da COLTED, a fim de que as comissões de seleção de livros contem com um levantamento total do material existente, favorecendo-se assim uma seleção mais adequada para poder atender às diferenciações regionais, sejam melhor determinadas as deficiências existentes e estimulando o aparecimento de novos títulos, onde se façam necessários, e se possa interessar editores e autores de todo o Brasil no enriquecimento do programa da COLTED.
- que a seleção de setores a serem contempladas prioritariamente, a crítica dos livros a serem adquiridos e as sugestões para novos títulos que se fazem necessários fiquem a cargo de técnicos e especialistas nas diferentes áreas do ensino primário e de formação e aperfeiçoamento do professor
- que as escolas e centros de formação do magistério primário meçam especial atenção no programa da COLTED, e se favoreça o conhecimento pelos alunos dêsses estabelecimentos não apenas das bibliotecas especializadas para a formação do professor, mas também das destinadas às escolas primárias e ao aperfeiçoamento do professor.

- que se incentive, desde o curso primário, e em especial nos cursos de formação de professores, o desenvolvimento de habilidades de leitura e de estudo, devendo a COLTED facilitar a divulgação de orientação para êsse trabalho.
- que a organização de bibliotecas para distribuição pela COLTED parta de um plano de prioridades, devidamente fundamentado, e que leve em conta as condições do leitor a que se destina e as diferenciações do meio
- que a distribuição de bibliotecas seja acompanhada de material que oriente sua utilização.
- que a COLTED realize um plano de avaliação do uso das bibliotecas, a fim de melhor orientar o prosseguimento do trabalho que lhe compete

RECOMENDA AINDA A COMISSÃO

- que os serviços encarregados de organizar programas
 - a) partam da consideração dos objetivos da educação, das condições da criança, das experiências de outras nações avançadas em educação, de estudos brasileiros sobre o assunto, dos problemas brasileiros e das linhas adequadas para o progresso do país e
 - b) desenvolvam seus trabalhos na base de objetivo preciso em cada área do currículo, do oferecimento de sugestões alternativas das atividades, e de bibliografia auxiliar, evitando a forma clássica de listas de matéria a ser vencida, de modo que tais programas assumam a função de guias gerais de orientação ao professor e fontes de sugestões para os editores.

1. com relação ao livro para o professor

- . sejam considerados, nos guias para o professor, os objetivos do ensino, as condições da criança e de como aprende, as diferenças individuais, e a vantagem do estudo em todo significativo, sempre que possível correspondentes a problemas reais ao alcance da criança;
- . que os livros para o professor considerem os objetivos da educação e as condições da criança nas várias idades, de seus interesses e os problemas brasileiros bem como reflitam o que de melhor se conhece sobre o assunto em causa, aconselhem e facilitem o emprêgo dos métodos mais eficazes de ensino;
- . seja facilitado, no livro para o professor, o atendimento às diferenças individuais dos alunos e o auxílio à solução de problemas reais de classe;
- . nos livros para o professor, em geral, haja a preocupação de levá-lo a refletir, a usar de sua capacidade crítica e de sua imaginação;
- . seja incentivado o preparo de publicações que favoreçam a integração do professor ao seu meio, à sua época, à sua tarefa, envolvendo os problemas atuais do Brasil, do mundo, de sua região, do tipo de comunidade a que serve e a análise dos objetivos da educação em função dos problemas brasileiros atuais;
- . nas publicações de orientação quanto ao ensino das diferentes matérias sejam focalizados, sempre que oportuno, os aspectos de integração da criança nos diferentes meios a que pertence - o lar, a escola, a comunidade próxima, a região, o mundo - e os recursos para atingí-la - tais como entrevistas, pesquisas, estudos do ambiente, organização de jornais murais etc.;
- . nas publicações sobre recursos de ensino haja sempre preocupação em fixar os fundamentos a que atende cada um, a adequação de seu emprêgo e a orientação para uso dos mesmos, tendo em vista os objetivos gerais e específicos da obra da educação;
- . sejam publicados livros que apresentem, ao professor, sugestões de exercícios e atividades para os alunos, com indicação precisa dos objetivos a que visam e de sua adequa

ção ao nível e aos interesses da criança e que se complementem com fichas de exercícios e de sugestões de atividades para serem usadas pelas crianças em trabalho independente ou em grupo, com graduação de matéria e adequação a nível e idade das crianças, em substituição aos livros de exercícios para os alunos, comuns a toda a turma, que não permitem a diversificação e adequação do trabalho, indispensáveis em face das diferenças individuais;

- . o livro seja adaptado, por sua linguagem, profundidade, graduação aos tipos de professores a que pretende servir.

COM RELAÇÃO AO PREPARO DO PROFESSOR PARA O USO DO LIVRO, RECOMENDA A COMISSÃO

- . que se processe a seleção de livros para o professor no sentido de levá-lo gradualmente ao interesse por ler, à utilização do livro, ao hábito de ler, à elevação progressiva de seu nível de leitura;
- . haja um preparo do professor, variável em cada situação, para uso do livro destinado a seu aperfeiçoamento geral e a servir como instrumento de trabalho e, ainda, visando a levá-lo a melhor seleção de livros para o aluno, por meio de folhetos organizados por órgãos técnicos, e por seminários, reuniões de estudo, programas radiofônicos e bibliografias anotadas e atualizadas sobre os assuntos de interesse da formação e aperfeiçoamento do professor.
- . que se realizem estudos especiais sobre a organização de guias de orientação ao professor para uso de determinadas obras, de maneira que favoreça o uso efetivo das oportunidades oferecidas pelo livro, mas evite que a escola gire em torno deste, que passe, assim, a elemento de entrave à participação total da criança e ao uso de outros recursos importantes com que conta a educação moderna.

NO QUE RESPEITA AO LIVRO PARA O ALUNO A COMISSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO RECOMENDA À COLTED:

- . a inclusão com destaque em suas bibliotecas
 - a) de bons livros de literatura infantil, destinados a favorecer o gosto pela leitura, abrir horizontes à criança, inclusive levando-a a conhecer outros tipos de vida e de comunidades;

- b) de livros para estudo e pesquisa, especialmente de Estudos Sociais e de Ciências, em ligação com problemas reais e com os vários meios a que se deve integrar a criança;
 - c) de Antologias literárias, referidas as fontes, para as últimas séries;
 - d) de obras de referência destinadas a favorecer o desenvolvimento das habilidades essenciais ao prosseguimento dos estudos pela criança.
- . o favorecimento ao uso de livros variados que permitam o alargamento das experiências das crianças de cada turma
 - . a inclusão, nas bibliotecas, de livros básicos de leitura, apenas quando estes atendam às condições desejáveis de interesse, beleza e vivacidade de linguagem, humor, ao lado da necessária gradação de objetivos e de forma;
 - . o não apoio aos livros de leitura com exercícios ou com a preocupação excessiva de dar ensinamentos, que levam a desenvolver o desgosto pela situação de ler e comprometem o encanto que deve haver em tais textos
 - . em virtude de razões econômicas, o livro para o aluno seja substituído pelo livro para o professor, quando possível
 - . o estímulo à organização de novos livros de estudo e pesquisa sobre a vida nas diferentes regiões, a história e o folclore regionais, e sobre as conquistas científicas de valor para o homem e conhecimentos de higiene e de saúde, sempre ligados a problemas brasileiros ou mundiais, com sugestões
 - . de atividades para o aluno realizar, especialmente em casa, envolvendo observação, reflexão, comparação, avaliação e, quando possível, criação, e conduzindo às generalizações básicas aconselháveis
 - . a valorização, nos livros escolares de qualidades como o otimismo esclarecido, a iniciativa, a perseverança, o esforço, o planejamento, a avaliação dos resultados, apresentados de maneira natural
 - . que se evitem nas obras para crianças estereótipos, falta de objetividade, ironia, descrença no valor do esforço humano

- . que entre os critérios de seleção de livros para o aluno figurem os seguintes: refletir sã filosofia de vida , valores sociais e morais, apresentados, implicitamente e em dose adequada, fé e otimismo no sentido da crença no valor do esforço do homem - atendimento aos interesses das crianças e às diferenças entre elas.

COM RELAÇÃO AO LIVRO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES SE RECOMENDA:

- . o estímulo à organização de obras mais adaptadas à condição de nosso alunado, partindo dos objetivos gerais e específicos visados no preparo do professor, para todas as tarefas que lhe cabem; a intensificação da prática, não apenas de aulas, mas de todos os trabalhos envolvidos na tarefa do professor: escolha de livros, organização de exercícios, de provas etc.
- . que tais livros apresentem fundamentação segura e levem em consideração as diferenças individuais entre as crianças e as situações escolares.
- . e, ainda, que os livros para o professor em estágio de formação sejam devidamente ados.

DOCUMENTO BÁSICO

ROTEIRO PARA O RELATÓRIO FINAL

1. Comunicação do Relator
2. Roteiro utilizado pela Comissão
3. Recomendações fundamentais
4. Critérios para seleção dos livros didáticos e técnicos
5. Recomendações quanto ao material a ser produzido

1 - Comunicação do Relator

Considerados o programa e o plano de aplicação da Colted, há a registrar, inicialmente o aspecto imediato e o a médio e longo prazo.

O êxito das duas últimas condições recide na brevidade com que se há de encarar a fase inicial.

A seleção dos títulos já publicados tem de levar em conta a categoria dos autores, o método empregado, a utilização já existente, a apresentação material e a perspectiva de renovação, sem invalidar a essência do conteúdo primordial.

A consagrada responsabilidade e experiência dos editores especializados têm, naturalmente, de ser devidamente ajuizadas.

As recomendações do Conselho Federal de Educação, que contêm as diretrizes para o ensino das disciplinas de grau médio, devem servir de orientação para fixar os característicos desejáveis nos livros das referidas matérias. Ajuntem-se, igualmente, as normas que, em sua esfera de ação, são cogitadas pelos Conselhos Estaduais e pelos diversos órgãos do M.E.C., das Secretarias de Educação, das Congregações Oficiais e das Associações de Educação e Ensino.

As obras de autores nacionais, tendo em vista a realidade brasileira, não de merecer a compreensiva prioridade.

Concebida a hora atual como fase de transição, cumpre que tenham realce as tendências novas ditadas pela necessidade de preparar os educandos para as experiências culturais da atualidade, mas desligadas dos conceitos políticos extremados e inclinações anti-democráticas, e relegados o pessimismo ou o otimismo incompatível com a verdade.

O livro didático, como é óbvio, não pode desligar-se da estrutura educativa, e se no texto a omissão não é condizente com a natureza da publicação e a amplitude excessiva pode ser prejudicial, o resumo exagerado e a noção ultrapassada deixam de satisfazer a inquietude perquiridora do adolescente.

O livro de texto como inequívoco colaborador do ensino, ameno auxiliar instrumental de trabalho, há de facilitar a aquisição de conhecimentos, sua fixação e revisão.

A inspiração pode transformar a rotina pedagógica, e o texto acessível, conduzindo aos indispensáveis comentários, explicações e debates com o professor, tem de oferecer, em síntese, os elementos que permitirão responder, de imediato, às naturais indagações e despontar ante os juízos enunciados e aspectos focalizados.

Impõe-se ao livro didático contribuir para o melhor desenvolvimento dos hábitos de estudo, procurando interessar ainda mais o estudante no que diz respeito à sua curiosidade intelectual.

A produção objetiva e experimental no tocante ao livro permite que se revelem mais caracteristicamente o labor estudantil, o esforço congregado, as atitudes logradas, as noções fundamentais adquiridas.

Ampliado, na época atual, o horizonte pedagógico pelo processos empregados ou esforços tentados, pelas experiências realizadas ou em via de realização, pelos métodos recomendados e pelas discussões livres e desenvoltas, o livro tem que corresponder a tais circunstâncias.

O evidente interêsse do ensino é de se renovar incessantemente, remoçar, vivificar-se ao contacto dos resultados obtidos e o livro deve objetivar essa preocupação.

Estudos sintéticos, relativos às grandes questões pertinentes às disciplinas, hão de ser expostos de modo claro, arejado e com uma bibliografia sumária dos assuntos cogitados. Análise sinótica das obras de importância, teses das grandes coleções, aparecidas nos diversos domínios, cumprem equilibradamente ser caracterizados.

Textos apresentados, quer com um comentário, quer com um dosado questionário, devem constituir material de exercícios práticos. Pequenas dissertações referentes ao desenvolvimento de aspectos de utilidade imediata incumbem ser expostas.

Ilustração documentária e croquis, desenhos, fotografias acompanhadas do respectivo comentário, quando, requerer e permitir o assunto tratado.

Quadros, cartas e esquemas estatísticos de valor demonstrativo e observado, quando possível, o sincronismo desejável, ressaltados os paralelismos e contrastes, são outros tantos elementos recomendáveis.

A exposição desenvolvida há de refletir em sua estrutura o valor do assunto tratado tendo em vista a capacidade receptiva de seus leitores, levada em conta a possibilidade deles próprios poderem apurar os resultados desejados.

A necessidade de ser breve, a exigência da minúcia valiosa é disparidade que se harmoniza com a apresentação de exemplos gerais típicos, assinaladas as peculiaridades necessárias.

A maior diafaneidade possível é exigida na construção do pensamento, impondo-se estrito encadeamento lógico dos argumentos, evitadas as divagações.

Síntese sucinta dos prós e contras e manifestação concludente quanto ao assunto explanado torna-se mister.

O estilo, pode e deve contribuir para criar psicologicamente um laço entre o que escreve e os que o lêem, utilizando a linguagem animada, viva e concisa.

O colorido próprio de uma cultura deve refletir igualmente em suas imagens e idioma e, admitidas expressões técnicas e artísticas aos fenômenos mais ou menos análogos. Na adequada escolha da palavra apropriada, é onde se deve fazer sentir o autor didático. Os exageros caracterizados pelo abuso dos superlativos e as falhas na utilização de expressões banais constituem defeitos, que cabem ser postos à margem.

A ponderação, a meditação do juízo, implica na necessidade do pensamento válido anterior, ao emprêgo de um epíteto de louvor ou censura.

Falando ao coração dos alunos de modo que lhes inspirem o respeito e admiração pelos bons, e lhes tirem até a idéia de louvarem e imitarem os maus, a exposição deve se fazer sentir com a crítica e a imparcialidade imprescindíveis.

Elemento básico do ensino, o professor recomenda-se como autor, atento o seu principal propósito que é o de ensinar a aprender e a criar, e assim, como homem de pensamento, orientar o estudante na formação de um conceito próprio elevado e o quanto possível original, do mundo e da vida.

Saber, experiência profissional, e a personalidade de são aspectos fundamentais do mestre - agente de civilização, como expressa Murray Butler,

O livro didático não deve obedecer a um planejamento rígido levando o professor a padronizar as técnicas de aula, a natureza e a sequência dos assuntos, bem como o modo de abordar alguns deles.

Ele deve ser planejado e executado com espírito renovador, sem ser radicalmente revolucionário, afim de que a mensagem nele contida possa ser aceita e compreendida pela maioria dos professores.

A simples tradução de obras estrangeiras não nos parece recomendável que seja promovida, pois resultaram elas de condições peculiares, diversas das existentes no ambiente brasileiro, e o espírito renovador que existe em nosso professorado mostra que obras didáticas de grande valor continuarão a ser criadas, se não surgirem iniciativas esterilizantes.

Deve ser eliminado tudo quanto diga respeito a estimular a simples memorização, porquanto, a tarefa de recolher os conhecimentos, cabe aos alunos, aconselhados em circunstâncias especiais pelos professores.

Nesse aspecto cabe recordar o fundamento de Shotwell: "o papel da memória está agora diminuído. Confiamos aos livros e com elas colocamos nossa memória nas estantes".

Os livros de referência não de obedecer a um critério de classificação e de preferência em língua portuguesa, adstritas as traduções de obras estrangeiras, aquelas vinculadas com o Brasil e os problemas brasileiros.

Quanto aos professores, as coleções fundamentais e as obras especializadas de relevo não de ser facilitadas.

Atualizado deve ser o elenco bibliográfico escolar: num rápido e simples levantamento, de 1930 até 1964, que foi por nós realizado, a pedido de estudantes do Colégio Pedro II, encontramos 183 títulos a respeito de compêndios de história.

Impende haver perspectiva universal, podemos assim, dizer do mundo brasileiro, sem o isolamento pernicioso, mas tornando o Brasil o centro de nossa preocupação. Destarte, Delgado de Carvalho assinala: "A atual liberdade de todos os estabelecimentos de ensino, do Cabo Norte ao Rio Chui, de traçar os seus programas de história parece um tanto comprometedor para um conhecimento histórico em termos de cultura nacional".

Na feitura dos textos há de prevalecer o princípio de que é útil a todos os estudantes compreender o mundo no qual vão viver, por ele se interessando e preparados para nele agir, lembrada a importância dos estudos desenvolvidos.

O principal mérito da História é do ser um incomparável instrumento de cultura intelectual.

E a cultura geral auxilia o estudante a perceber o mundo em geral e a nele viver. O mundo que se busca entender é complexo. As matemáticas conduzem o discípulo ao mundo das formas e dos movimentos. As ciências físicas e biológicas fazem-no compreender a natureza material. A história exhibir-lhe-á o mundo social fazendo-o conhecer a sociedade em que ele há de viver, tornando-o capaz de tomar parte na vida social.

Os demais estudos conduzem-no a poder apropriar-se de elementos necessários para ampliação de seus conhecimentos. O desenvolvimento dos textos tem de se processar de tal modo, que ao discípulo seja preservado de conduzir um saber informe, senão que se incorpora um elemento formador que o capacite para tomar uma posição independente em relação aos fenômenos do presente.

O texto há de, relegado o dogmatismo pedante, permitir ao discípulo o exercício da crítica para maior fidelidade ao mesmo e assim habituar-se a não acreditar sem exame, a aguardar de onde provem uma referência, afim de adquirir a aptidão para poder duvidar, isto é, o rudimento da dúvida metódica, e assim, a conceituação de Charlety: "a recompensa de longos esforços é muitas vezes concluir pela dúvida consoladora", humildade dos fortes e capazes intelectualmente.

Como salientou determinado escritor "o primeiro livro tinha mãos e pés. Ele sabia falar e cantar. Enfim era um livro vivo, o homem".

No transcurso dos tempos, o aprimoramento que se processa maximé no referente à obra didática tem de propiciar a condição de vida que o desenvolvimento cultural espera e exige.

2 - Roteiro utilizado para o desenvolvimento dos trabalhos

1. Padrão gráfico

- 1.1 - Qualidade do material ilustrativo.
- 1.2 - Seleção do material de composição.
- 1.3 - Uso de cores, dentro de um critério de funcionalidade.

2. Apresentação da matéria

- 2.1 - Conveniente utilização dos símbolos verbais e visuais.
- 2.2 - Respeito à nomenclatura técnica específico.
- 2.3 - Linguagem adequada e simples.

3. Orientação para seleção do conteúdo.

Considerando que o livro técnico e didático deve contribuir para a integração comunitária, aliás como sugere o projeto:

- 3.1 - Atualização permanente dos conteúdos.
- 3.2 - Ajustamento à realidade brasileira.
- 3.3 - Adequação à faixa etária a que se destina, permitindo a elevação do vocabulário ativo e passivo do estudante.

- 3.4 - Correlacionamento dos conteúdos das disciplinas do currículo.
- 3.5 - Apresentação da matéria sob a forma de situação-problema, quando possível, e enriquecimento com ilustrações.
- 3.6 - Seleção do conteúdo segundo critério de utilidade e funcionalidade.
- 3.7 - Estruturação do conteúdo de modo que o aluno seja conduzido à pesquisa.
- 4. Orientação geral para exercícios, tarefas e casos para discussão.
 - 4.1 - Integração das tarefas sugeridas com o texto, conduzindo o estudante a uma leitura reflexiva deste para poder desenvolvê-las.
 - 4.2 - Ordenação dos exercícios e tarefas segundo o grau crescente de complexidade e dificuldades.
 - 4.3 - Adequação de cada conjunto de exercícios e tarefas ao estágio em que se encontre o estudante, tomando em consideração também o desenvolvimento alcançado por este em decorrência da assimilação de cada texto precedente do mesmo livro.
 - 4.4 - Elaboração dos casos e exemplos de modo que sejam atendidas as diferenças individuais.
- 5. Elaboração de Guias do Professor vinculados aos respectivos livros-texto.

3 - Recomendações

- 1) Aquisição do material existente, isto é, dos títulos já publicados sem exclusão de acordo com critérios mínimos. Exatidão, adequação ao nível etário e integração no contexto cultural brasileiro.
- 2) Estímulo à renovação do livro didático preferentemente por equipes. Não haverá sentido na ação da COLTED se a inovação do ensino não for a condição fundamental. A COLTED criará condições contribuindo financeiramente para o preparo deste livro aprovando os projetos apresentados pelos autores e seus editores, e financiando o seu preparo.

Este livro deverá atender aos característicos do critério apresentado pela Comissão, levando em conta a amplitude e o desenvolvimento estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação, segundo os ditames de Diretrizes e Bases no tocante às disciplinas obrigatórias.

A elaboração e publicação desses novos livros não implicarão o afastamento de outros já existentes que possam continuar a merecer a preferência de parcelas do professorado.

4 - Critérios para seleção

- A) O livro deve apresentar em relação a organização e conteúdo:
 - a - conteúdo que reflita o que de melhor o especialista ache que deva ser ensinado sobre o assunto, tendo em conta a evolução deste setor do conhecimento, introduzindo inovações compatíveis com esta evolução e vivificar o ensino e aprendizagem;

- b - conteúdo estruturado de modo a possibilitar o desenvolvimento de hábitos e atitudes ideais;
 - c - deve empregar métodos que reflitam as modernas diretrizes para uma aprendizagem dinâmica; apresentar a matéria sob forma de problemas, possibilitar e estimular a atividade de pesquisa;
 - d - estar ajustada à realidade brasileira, aos objetivos precípuos da educação em nível médio, e adequado à faixa etária em relação ao conteúdo e vocabulário;
 - e - a matéria deve estar tratada de modo a possibilitar ao estudante a aquisição de conhecimento que o habilite a utilizá-los na vida diária;
 - f - na apresentação do conteúdo a ordem psicológica deve ser usada preferencialmente à lógica; os assuntos se são auto instrutivo, no sentido que possa ser lido e compreendido pelo aluno sem auxílio do professor tratados de forma progressiva e recorrente de modo a permitir uma integração do conteúdo da aprendizagem, permitindo ainda a correlação interdisciplinar e com a própria comunidade.
 - g - condizir as tarefas integradas ao texto promovendo leitura reflexiva sobre o mesmo, estimulando atitude científica e objetiva diante de situações e informações novas; criar condições para estimular o interesse pelo prosseguimento nos estudos independentemente de ação sistemática;
 - h - estimular utilização de obras de referência, literatura complementar, recursos audiovisuais, livros kits e similares e conter sugestões de pesquisas diretas;
 - i - estabelecer condições para que o professor atue como orientador do trabalho do aluno e não como repetidor ou recitador;
 - j - deve oferecer oportunidade para o atendimento às diferenças individuais através da apresentação de casos, exercícios ou problemas, em caráter opcional;
 - l - os de natureza científica, incluindo as atividades de laboratório e de pesquisa, que fazendo parte integrante de seu conteúdo, na forma de orientação sem instruções que eliminem a atitude científica e criadora do aluno;
 - m - o livro não deve conter quadros, definições ou conceitos estereotipados ou qualquer outros recursos capazes de estimular a simples memorização, pois a tarefa de sistematização dos conhecimentos deve caber aos alunos como condições de aprendizagem.
- B) O livro deve apresentar quanto aos seus elementos mecânicos:
- a - durabilidade, qualidade adequada do papel, clareza do tipo de impressão e espaços marginais adequados;
 - b - ilustrações adequadas, claras, objetivas e funcionais, proporcionais, colocadas com relação ao texto e com legendas explicativas.

C) O livro deve ser apresentado em relação a matéria:

- a - estilo simples, objetivo, com linguagem adequada de caráter concreto;
- b - ausência de preconceitos, exatidão e funcionalidade.

5 - Recomendações quanto ao material a ser produzido

Atendendo ao caráter inovador da COLTED, recomenda-se:

- a - que os trabalhos sejam preparados por equipes de professores e especialistas;
- b - sejam elaborados os seguintes tipos de publicações:
 - 1 - livro texto;
 - 2 - guia de orientação metodológica e guias específicas para determinado texto, para uso dos professores;
 - 3 - monografias e literatura complementar para alunos ou professores;
 - 4 - obras complementares, como obras de literatura universal, documentos e material audiovisual.
- c - preferência a obras nacionais, salvo em campos onde projetos de ampla envergadura possam ser traduzidos e adaptados convenientemente para trazer um impacto inovador na educação;
- d - não é recomendável que os livros obedeçam a um modelo rígido, de forma a evitar a padronização do ensino.
- e - a seleção deve ser feita por uma equipe de professores especialistas, que a vista dos originais, deverão apresentar um relatório justificando suas indicações.

DOCUMENTO BÁSICO

A COMISSÃO DE BIBLIOTECAS da Semana de Estudos da COLTED, composta de 16 delegados e 2 observadores, representantes do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Capital da República que contribuíram com 10 trabalhos, alguns com recomendações e outros a título de colaboração, como subsídio às atividades futuras da COLTED.

Foi preparado um trabalho base com a colaboração de Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque e Laura Garcia Moreno Russo.

Os demais trabalhos são os abaixo especificados:

Edição Melhoramentos de São Paulo - Criação oficial da "Hora da Literatura" nos cursos primários.

HAMAR, Alfredo - A Biblioteca na escola e rede de bibliotecas escolares regionais.

RUSSO, Laura Garcia Moreno - Plano para formação de bibliotecários para 12 (doze) estados e três territórios.

SOBRAL, Elvira Barcelos - Setor de bibliotecas escolares e respectiva situação no Rio Grande do Sul.

ARAGÃO, Adalgiza Moniz de - Serviço de coordenação e supervisão para o setor de bibliotecas escolares da Bahia.

LA ROCHA, Miriam Mara de - Plano para instalação de bibliotecas escolares ambulantes.

MARTINS, Myriam Gusmão de - Integração da biblioteca nos programas de educação.

Estabelecimento de serviços bibliotecônicos no Nordeste do Brasil, em base de cooperação entre órgãos do Ministério da Educação e Cultura e a SUDENE.

MARTINS, Myriam Gusmão de - Iniciação à Biblioteconomia numa área de desenvolvimento.

HAMAR, Alfredo Américo - Bibliotecas universitárias: análise da situação brasileira e sugestões.

CARVALHO, Felisbela Liberato de Matos - Seis recomendações como contribuição à Semana de Estudos COLTED.

OBJETIVOS:

Os trabalhos da Comissão foram orientados no sentido de analisar a situação brasileira, determinar as suas falhas, formular uma verdadeira conceituação da biblioteca escolar nos níveis primário e secundário e indicar as soluções adequadas para aplicação imediata.

Os problemas das bibliotecas universitárias serão estudados em seminário específico, atendendo às determinações recebidas da direção da Semana de Estudos COLTED.

As soluções objetivaram atingir preceitos lógicos e eficientes, aplicando os resultados da experiência do grupo.

É alentador, porém, saber que a farta distribuição de livros didáticos, a que se propõe a COLTED, porá fim ao conceito errôneo que se faz da utilidade de uma biblioteca escolar. O livro didático deve fazer parte do equipamento escolar de cada aluno e não ser disputado em biblioteca. Esta tem a missão de atuar como fator integrante das matérias e disciplinas desenroladas em classe, despertar novos interesses nos alunos e professores e dar aos estudantes a oportunidade de ler e saber que os conhecimentos humanos não se limitam aos livros didáticos.

Nenhuma biblioteca escolar cumprirá sua verdadeira finalidade, sem que em seu acervo constem as enciclopédias, dicionários, manuais, obras recreativas, didáticas, narrativas, ilustrativas e de vulgarização nas diferentes ciências, gravuras, mapas, atlas e as obras de nossos principais autores e material audio-visual.

Pelos estudos realizados notou-se claramente que o nosso país se encontra em grande atrasos, não por culpa dos profissionais bibliotecários, mas pela falta de apoio e compreensão do verdadeiro valor das bibliotecas.

A biblioteca representa uma unidade que exige uma ampla cooperação de autores, editores, livreiros, professores e bibliotecários, a fim de que seus programas atinjam verdadeira dinâmica.

RESULTADOS DOS TRABALHOS:

O grupo reconhece o extraordinário valor de ter sido considerado, em assuntos educacionais, a atividade biblioteconômica como paralela e não suplementar à do ensino e recomenda o seguinte:

- 1) que as Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios ou órgãos oficiais, organizem CENTROS DE PROCESSAMENTOS TÉCNICOS.
- 2) que a COLTED fixe padrões mínimos para as bibliotecas escolares.
- 3) que a COLTED organize um serviço de assistência técnica em bibliotecas escolares, com a cooperação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Confederação Brasileira de Professores.
- 4) que a COLTED aproveite o material existente na Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, sob a forma de questionários, que ofereçam um panorama do que existe no país, no campo de bibliotecas escolares.
- 5) que as Secretarias de Educação e outros órgãos oficiais e particulares, bem como a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do MEC permitam o afastamento de Professores, sem prejuízo dos direitos e vantagens de seus cargos, para cursar Biblioteconomia, com obrigação de retorno e permanência mínima de dois anos na região de origem.

- 6) que a COLTED, o I.N.L. e o Serviço Nacional de Bibliotecas funcionem perfeitamente entrosados com os governos estaduais, municipais e com as Universidades, para obter o máximo aproveitamento de recursos e rendimento de trabalho.
- 7) que seja implantada a Campanha Nacional de Bibliotecas Escolares (nível primário e médio), pelo Ministério da Educação e Cultura.
- 8) que as Secretarias de Educação dos Estados e Territórios criem Divisões para orientar as atividades das bibliotecas escolares, sob a direção de bibliotecários.
- 9) que as Secretarias de Educação dos Estados e Territórios instalem, com a cooperação federal, municipal e particular, Bibliotecas Regionais Escolares, com Centros de Intercâmbio do Livro Didático (Banco do Livro) e serviços de extensão bibliotecária.
- 10) que a Superintendência da Fronteira Sudoeste e outros organismos de desenvolvimento regional, colaborem para a formação de bibliotecas escolares.
- 11) que o Ministério da Educação e Cultura coopere no desenvolvimento das bibliotecas de estabelecimento de ensino particular que estejam sob a coordenação das Divisões de Bibliotecas das Secretarias de Educação.
- 12) que a COLTED adote a catalogação na fonte em cada título editado.
- 13) que o Sindicato Nacional de Editores de Livros, com a colaboração da COLTED, prepare catálogos de "Livros no Prelo".
- 14) que as bibliotecas escolares incluam, em suas atividades a "Hora da Literatura".
- 15) que o Ministério da Educação e Cultura colabore na execução do plano de distribuição de bolsas de estudos, para formação de bibliotecários, apresentado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.
- 16) que sejam instaladas Bibliotecas Centrais em todas as Universidades brasileiras, com o encargo precípua de centralização de aquisição, processos técnicos, serviços de reprografia e similares.

DOCUMENTO BÁSICO

ITEM 1 - Objetivo

Considerando

- 1) que inúmeras entidades do Serviço Público têm programas editoriais próprios, tais como
(Relação de órgãos do IBBD, em anexo)
- 2) que a indústria editorial privada e o interesse do país exigem que certas áreas sejam cobertas com a publicação de livros
- 3) que há necessidade de se evitar a redundância da produção de certas obras
- 4) que numerosas entidades são de difícil acesso e frequentemente, grande parte das tiragens é encaminhada a pessoas menos interessadas, com prejuízo dos estudiosos e das bibliotecas

Recomenda

- 1) que seja estabelecida a coordenação das entidades oficiais que atuam no campo editorial, bem como daquelas que editam, percebendo subvenções ou verbas ordinárias dos cofres públicos
- 2) que essa coordenação incida sobre a programação e a distribuição
- 3) que, pelo menos, parte das tiragens tenha sua distribuição feita por canais privados e/ou várias distribuidoras privadas
- 4) que a coordenação da programação e da distribuição, seja atribuída ao Instituto Nacional do Livro e a Confederação Brasileira dos Professores e suas entidades estaduais afiliadas

ITEM 2 - Levantamento de Necessidades

Considerando

- 1) que o desenvolvimento de uma rede nacional de bibliotecas pressupõe recursos para a criação, a instalação e atualização do acervo, a manutenção do pessoal, além da obediência a padrões técnicos definidos
- 2) que o aumento da diversidade de títulos, tiragem e melhoria da qualidade dos livros publicados no país, são metas prioritárias do Governo
- 3) que para se atingir essas metas torna-se necessário conjugar todos os esforços e recursos dos diferentes órgãos do Governo e da iniciativa privada

- 4) que é necessário conhecer o número e a distribuição geográfica dos usuários do livro, a fim de que ele possa atingir suas finalidades sociais
- 5) que só o conhecimento dessa demanda potencial permite o estabelecimento de prioridades adequadas e a utilização racional dos recursos humanos e materiais a serem mobilizados

Recomenda

- 1) que a COLTED, através de formulários próprios, com o auxílio das Diretorias de Ensino do MEC, GEIL, IBGE, SNEL, INL, Confederação Brasileira de Professores e suas entidades Estaduais afiliadas, Conselhos Estaduais de Cultura, Secretarias Estaduais de Educação, Secretarias Municipais de Educação, entidades (Escolas de Biblioteconomia, Associações de Bibliotecários, Associações de Pais e Mestres), IBBB e outras entidades, e sobretudo com o apoio do recém-criado Conselho Federal de Cultura, promova o levantamento global, por Estados e Territórios do "Mercado" do livro compreendendo as seguintes áreas preferenciais: estabelecimentos de ensino médio e superior, com as respectivas populações escolares; bibliotecas públicas e escolares, com número de volumes; grau de instrução da população adulta - número de profissionais de nível universitário, técnicos do ensino médio e operários qualificados; número de estabelecimentos comerciais que produzem ou vendem livros.
- 2) que os resultados dessas pesquisas tenham a mais ampla divulgação possível, sobretudo entre os órgãos, instituições e firmas que se dedicam à produção, distribuição ou divulgação do livro
- 3) que esse levantamento seja realizado por "Grupos de Trabalho", operando diretamente nas regiões a serem recenseadas

ITEM 3 - Informações Bibliográficas

Considerando

- 1) que os bibliotecários, estudantes e estudiosos para selecionarem o livro adequado às suas necessidades dependem de uma bibliografia atualizada
- 2) que o usuário potencial do livro necessita conhecer a sua fonte editorial
- 3) que uma bibliografia tecnicamente elaborada constitui parte importante do acervo cultural do país
- 4) que a multiplicidade de iniciativas nesse campo tem conduzido a bibliografias deficientes ou desatualizadas
- 5) que para o planejamento da distribuição a bibliografia atualizada é elemento essencial
- 6) que é atribuição orgânica do Instituto Nacional do Livro a elaboração da "Bibliografia Brasileira"

Recomenda

que se promova a edição de um Boletim Bibliográfico mensal, isento de referências opinativas, cuja elaboração e publicação fiquem a cargo do INL em convênio com a COLTED e o SNEL

ITEM 4 - Papel das Bibliotecas na Problemática da Distribuição

Considerando

- 1) que as Bibliotecas Públicas e Escolares constituem

um dos elementos básicos para a distribuição de livros, especialmente didáticos e técnicos, entendendo-se por distribuição fazê-los chegar ao leitor de tôdas as categorias, no maior número possível de localidades brasileiras

- 2) que a biblioteca só atinge a sua finalidade quando integrada na comunidade
- 3) que na administração pública, os municípios estão mais aparelhados para sentirem as n.ecessidade e anseios da comunidade
- 4) que se impõe a contribuição material de cada município para a criação e manutenção das bibliotecas públicas da sua jurisdição
- 5) que a dinamização dessas bibliotecas requer a participação dos órgãos comunitários

Recomenda

- 1) que sejam reestruturadas, transformadas ou criadas, nas sedes de todos os municípios brasileiros, bibliotecas públicas
- 2) que essas bibliotecas, quanto à instalação e organização, sejam subordinadas a um padrão a ser estabelecido de acordo com o índice populacional e o número de salas de aula da localidade
- 3) que a União promova a redisciplinação da aplicação da quota dos impostos sobre a renda, e produtos industrializados devidos aos municípios, de modo a ser reservado um percentual para a instalação e a manutenção de bibliotecas públicas
- 4) que seja elaborado um inventário de toda a legislação relativa a Biblioteca Pública tendo em vista a consolidação dessa legislação para atender à política acima preconizada
- 5) que a administração das bibliotecas públicas exceto as do programa de "Unidades Culturais" ou "Centros Cívicos" projetados pelo S.N.L. fique a cargo de um Conselho Comunitário, precedido por elemento do magistério, indicado em lista tríplice e nomeado pela entidade que fornecer maior contribuição

ITEM 5 - Formação de Pessoal Habilitado

Considerando

que a maior parte dos profissionais que operam na área de distribuição de livros são autodidatas e que em outros países existem cursos de nível universitário para a formação de profissionais do livro

Recomenda

- 1) que seja elaborado um "Plano de Emergência" que permita o aperfeiçoamento de um mínimo de 200 pessoas que trabalhem, tanto na editoração como na distribuição de livros, nas áreas pública e privada
- 2) que seja feita também a planificação, o mais breve possível, da realização regular de cursos, seminários e publicação de livros de aperfeiçoamento profissional previstos no plano inicial da COLTED

ITEM 6 - Fortalecimento da Rede Comercial

Considerando

- 1) a extensão do Território Nacional e a concentração da indústria do livro em determinada área

- 2) à dificuldade de transporte para regiões, tais como as abrangidas pelos projetos da SUDAN, e cuja integração é imperativa
- 3) as atuais tarifas postais que concorrem para o encarecimento do livro
- 4) que o aumento da disponibilidade de livros interessa às entidades ligadas à orientação pedagógica e ao próprio comércio
- 5) que as instituições de crédito, sobretudo o nosso sistema bancário através de sua rede de agências, em todo o Território Nacional, têm amplo e direto conhecimento das necessidades e possibilidades dos locais onde se situam as suas agências
- 6) que o gerente das agências bancárias é um dos líderes comunitários o que portanto pode estimular poderosamente as atividades culturais de suas áreas
- 7) que a livraria é um elo vital na cadeia de difusão do conhecimento, e que sua utilidade crescerá com o seu progresso

Recomenda

- 1) que o MEC solicite a colaboração de outros Ministérios através de seus serviços, bem como das empresas estatais que explorem ou possuam serviço de transporte
- 2) que o MEC solicite ao Ministério dos Transportes redução da tarifa postal ou mesmo a isenção para o livro e catálogos alusivos
- 3) que as Câmaras Estaduais de Livros ou órgãos similares sejam fortalecidos ou criados em todas as capitais dos Estados brasileiros
- 4) que o MEC, assessorado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, estude, com os representantes do nosso sistema bancário, a possibilidade da abertura de uma linha especial de crédito, para financiar a expansão e modernização da rede de livrarias

Outras Resoluções

a) Centros de Distribuição

Considerando

- 1) que o INL tem longa e proveitosa experiência no campo da distribuição
- 2) que dispõe de organização em pessoal, instalação e equipamentos com que vêm operando na fomento de livro às Bibliotecas a que assiste, atualmente em número de 12.076 e às quais já fez chegar, até o presente, 3.162.225 volumes
- 3) que o INL ora assiste como bibliotecas inscritas, 6.981 bibliotecas escolares, das quais 4.424 de nível primário, 2.126 de nível médio e 431 de nível universitário
- 4) que essa experiência não pode ser desprezada nem seria justo afastar o INL de uma tarefa em que atua como pioneiro

Recomenda

- 1) que o INL seja aproveitado como um dos Centros de Distribuição devendo para isso ser fortalecido os recursos capazes de modernizar o seu aparelhamento e a sua organização, como distribuidor

b) Criação Oficial da "Hora da Literatura" nos Cursos Primários

Considerando

- 1) que o I Congresso Estadual de Educação, realizado em Ribeirão Preto, onde se reuniram e professores e autoridades responsáveis pelo ensino em nossa terra, pugnou pela criação nos cursos primários, da "HORA DA LITERATURA", com a finalidade de despertar na criança o gosto pela literatura infantil nacional
- 2) que também foi proposição aceita, por unanimidade, a recomendação aos Delegados de Ensino criarem e orientarem o uso de Bibliotecas Infantis em seus núcleos escolares
- 3) que, além de elevar o nível intelectual de nossa população escolar, essas medidas proporcionarão às novas gerações uma mentalidade aprimorada, propiciando verdadeira democratização do livro através da biblioteca

Recomenda

que se represente ao Ministério da Educação e Cultura, sobre a conveniência de se criar a "HORA DA LITERATURA", em todas as séries dos cursos de ensino primário, como parte dos programas escolares.